

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



O Cheque Especial e o *Overdraft*
Um Estudo Comparativo entre a Inglaterra e o Brasil

Acadêmico: Cauê Nascimento
Orientador: Ary Cesar Minella
Florianópolis, 2012.

To those who
came before me,

to those now with
me,

and those yet to
join us...

...dedicated

Sumário

Lista de Tabelas e Lista de Gráficos	4
Lista de Siglas e temas importantes	6
Capítulo I Formação da Situação Problema	11
1.1 Introdução	11
1.2 A Situação Problema	13
1.3 Objetivos	19
1.4 Metodologia	21
Capítulo II O Brasil e a Inglaterra	23
2.1 Os sistemas bancários dos países em questão	23
2.2 A Inglaterra	25
2.3 O Brasil	31
2.4 O Brasil e a Inglaterra	37
Capítulo III Comparações macro econômicos	41
3.1 O <i>spread</i> e a inflação	41
3.2 Dados do banco mundial	47
Capítulo IV Comparando as contas correntes	57
4.1 A Inglaterra e a conta <i>free-if-in-credit</i>	57
4.2 A conta corrente no Brasil	63
4.3 O Cheque Especial, a Taxa SELIC e seus equivalentes na Inglaterra	71
Conclusões e Considerações Finais	91
Bibliografia	93
Anexo	96

Lista de Tabelas

Tabela 3.1.1 Três <i>spreads</i> distintas	35
Tabela 3.2.1 Real Interest Rate (Taxa de Juros Real)	44
Tabela 3.2.2 Lending interest rate (taxa de empréstimo)	46
Tabela 3.2.3 Interest rate <i>spread</i> (<i>Spread</i> na taxa de juros)	48
Tabela 3.2.4 Domestic Credit to Private Sector (Crédito Doméstico fornecido ao setor privado) (% do PIB)	50
Tabela 3.2.5 Operações de crédito do sistema financeiro	51
Tabela 4.1.1 O <i>Overdraft</i> nos principais bancos ingleses	58
Tabela 4.2.1 Taxa anual real de juros total sobre empréstimos pessoais em instituições bancárias em países selecionados na primeira semana de abril de 2009	62
Tabela 4.2.2 Taxa anual real de juros total pré-fixada sobre capital de giro de empresas em instituições bancárias segundo países selecionados	63
Tabela 4.2.3 A taxa de juros no cheque especial em 2010	64

Lista de Gráficos

Gráfico 3.1.1 Inflação (IPCA) segundo a IBGE	40
Gráfico 3.1.2 A inflação, ajustada com o deflator do PIB (% anual)	41
Gráfico 3.2.1 Real Interest Rate (Taxa de Juros Real)	43
Gráfico 3.2.2 Lending interest rate (taxa de empréstimo)	45

Gráfico 3.2.3 Interest rate <i>spread</i> (<i>Spread</i> na taxa de juros)	47
Gráfico 3.2.4 e Domestic Credit to Private Sector (Crédito Doméstico fornecido ao setor privado) (% do PIB)	49
Gráfico 4.1.1: Credit Interest Rate Janeiro 1993 à Janeiro 2008	54
Gráfico 4.1.2 Arranged <i>Overdraft</i> Rates (Cheque Especial com taxa preestabelecida)	55
Gráfico 4.1.3 Unarranged <i>Overdraft</i> Rate (Cheque especial não preestabelecido)	56
Gráfico 4.1.4 Cobranças quando não há saldo suficiente para fazer uma compra	57
Gráfico 4.2.1 A taxa de juros no cheque especial em 2010	65
Gráfico 4.3.1 Comparação histórica entre o Cheque Especial e a taxa SELIC (% a.a.)	68
Gráfico 4.3.2 O Cheque Especial e a Taxa SELIC antes, durante e depois da crise	70
Gráfico 4.3.3 “O preço” do dólar antes, durante, e pós-crise de 2008	75
Gráfico 4.3.4 Annual average of official bank rate (média anual da taxa básica de juros)	78
Gráfico 4.3.5 A Taxa SELIC Média	80
Gráfico 4.3.6 Uma comparação histórica das taxas de juro	82
Gráfico 4.3.7 Comparação da taxa SELIC e o <i>Base Rate</i>	84
Gráfico 4.3.8 Comparação entre a taxa SELIC e o <i>Base Rate</i>	86

Lista de Siglas e termos importantes

BCB ou Bacen - Banco central do Brasil
BRIC - Brasil Rússia Índia e China
COPOM - Comitê de Política Monetária
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA- Instituto de pesquisa econômica aplicada
PROCON - Agência de PROteção e Defesa do CONsumido
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia refere à taxa de juros do Brasil
FMI - Fundo Monetário Internacional

Termos em inglês

Overdraft - o equivalente do cheque especial no Brasil
Bank of England - O Banco Central da Inglaterra
OFT Office of Fair Trading - gabinete ou secretaria de comércio justo, equivalente ao PROCON no Brasil
FSA Financial Security Authority - órgão independente fiscalizadora das bolsas e mercados na Inglaterra
MPC Monetary Policy committee - equivalente ao COPOM
Base Rate - A taxa de juros usado como base na Inglaterra
Prime e Sub Prime (ou subprime) - refere ao nível de risco de empréstimos aos clientes (pessoas ou empresas) e hipotecas. Prime é de baixo risco, sub prime é de maior risco. O termo sub-prime ganhou notoriedade na crise imobiliária americana de 2008, devido ao volume de empréstimos sub-prime concedidos pelos bancos.

Resumo

A falta de dinheiro para compras ou investimentos obriga cidadãos, empresas e governos a pegarem dinheiro emprestado. O presente trabalho tem como objetivo comparar os sistemas econômicos de dois países, o Brasil e a Inglaterra, com enfoque no cheque especial e o *overdraft* (o cheque especial na Inglaterra). Um levantamento histórico foi realizado, também como uma contextualização mundial para situar os dois países. Através de dados coletados em sites dos bancos centrais dos países e o banco mundial, gráficos de elaboração própria foram criados para ilustrar as diferenças existentes em relação às realidades nas taxas de juros e os custos de crédito emergencial. A primeira década do século 21 foi utilizada para ter uma idéia mais clara das situações existentes em cada país, e os momentos antes durante e depois da crise econômica de 2008 também foram destacados. O trabalho foi composto por duas partes principais. Na primeira, foi feita uma breve comparação dos sistemas econômicos dos países estudados, com uma contextualização global. Na segunda, uma comparação dos custos de crédito emergencial, ou seja, o cheque especial e o *overdraft*. Nascendo na Inglaterra, vivi outra realidade de cultura, de modo de vida, de cidadania, e também de relações com bancos. Quando mudei para o Brasil, uma das grandes diferenças que percebi é que a taxa equivalente ao *overdraft*, o cheque especial, era dez vezes mais no Brasil do que na Inglaterra. Constatei neste trabalho que isto é realmente é a realidade existente no Brasil. O cheque especial em 2010 era de 185% em média, aonde na Inglaterra, o equivalente era de 19,53%.

Palavras Chaves: Cheque-especial, *overdraft*, crédito, endividamento, conta-corrente

Abstract

The lack of money for purchases and investments obliges citizens, companies and governments to borrow money. The objective of the current project was to compare the economic systems of two countries, Brazil and England, with a focus on current account *overdrafts* (*cheque especial* or “special check” in Brazil). Using data collected from official sites on the internet, such as those of the central banks of each country as well as the World Bank, I was able to create graphs to better illustrate the differences that exist in relation to interest rates and the price of emergency credit. The first decade of the 21st century was used to have a clearer idea of the situations that exist in each country in question. The individual and shared histories of these countries were also considered, as well as a global analysis to help situate each country historically and also in modernity. The paper was composed of two main parts. The first was a short comparison of the two economic systems in place, as well as in a global context. In the second part, a comparison of the costs of emergency credit, that is, the *cheque especial* and the *overdraft*. Having dual citizenship, but not living in Brazil until I was 18 years old, the reality I knew was very different to that of England. I found the cost of the *cheque especial* was almost 10 times higher than the UK *overdraft*. For instance, in 2010 the price in Brazil was 185% on average, where in England this figure was around 19,5%.

Key Words; Cheque-especial, *overdraft*, credit, debt, current account/checking account

Capítulo I Formação da Situação Problema

1.1 Introdução

Tendo nascido na Inglaterra e estudado economia, sempre tive a oportunidade de perceber a relação entre a teoria e a prática. O banco central inglês (*The Bank of England*) usava a taxa de juros para controlar a demanda e a procura por crédito e, assim, estimular ou conter a inflação. A teoria que aprendi sobre a taxa de juros e o efeito dela no mercado de bancos, grosso modo, diz que, quando a taxa de juros é alta, o preço relativo de se adquirir uma dívida é maior, assim como o incentivo de poupar, pois um bom retorno está garantido. Se a taxa de juros está baixa, então, emprestar dinheiro é mais atraente devido à taxa menor, mas economizar dinheiro se torna menos atraente, pois o retorno não é tão grande. Isso funciona na microeconomia para consumidores com conta correntes, por exemplo, e na macroeconomia para empresas pegarem empréstimos maiores. A inflação, também de maneira sucinta, é causada por dinheiro demais na economia¹, pois consumidores com dinheiro na mão levam os vendedores a elevar os preços. Portanto, se há inflação, a taxa de juros é aumentada para valorizar o dinheiro, encorajando as pessoas a investirem em vez de pegarem empréstimos, o que colocaria mais moeda no mercado. Para incitar o consumo, quando uma economia está estagnada, por exemplo, a taxa de juros é reduzida, o que também impulsiona os empréstimos, que não ficam tão caros.

Uma sucinta definição do *spread* (neste trabalho com enfoque nas contas correntes) seria a diferença entre a taxa de juros para emprestar dinheiro e a taxa de retorno da poupança e funciona assim: considerando uma taxa de juros imaginária de

¹ O excesso do dinheiro aumenta os preços segundo as economistas monetárias, mas os Marxistas argumentam que um aumento nos preços necessita de mais dinheiro para compensar o desequilíbrio. Então um aumento nos salários se deve o aumento de preços e não ao contrario. (GUIMARÃES, 1984: 26)

3% ao ano em um país qualquer, se o banco oferece um retorno de 2%, e cobra 4% ao ano para um empréstimo, o *spread* é de 2%. Na Inglaterra, o *spread* não era tão acentuado. No Brasil, é.

Depois de 18 anos morando em Londres, vim morar no Brasil com minha família para conhecer o outro lado das minhas origens. Após um período de adaptação, comecei a perceber diferenças entre os dois países. Uma delas foi o extrato da minha conta bancária. Não me recordo de quanto exatamente era a taxa do cheque especial naquela época, mas tenho certeza que chegava a mais de 150% por ano. Então, se tenho uma dívida de R\$ 1.000, um ano depois, deverei R\$ 2.500. Em seguida, pesquisei a poupança, pensando que, se o preço de uma dívida custa tanto, o prêmio por poupar seria inversamente atraente. Pois era menos que 1% por mês². Sendo assim, com R\$ 100 na poupança, ganharia R\$ 0,50 por mês. Analisando o todo, eu pagaria R\$ 8 por mês com uma dívida na conta corrente (cheque especial, na Inglaterra, *overdraft*), perderia dinheiro com R\$ 100 na conta corrente (devido à taxa de manutenção) e renderia menos que R\$ 1 na poupança (*savings account*). Descobri que o Brasil tinha (e ainda tem) o maior *spread* do grupo de países mais ricos do mundo, o G20.

A pergunta lógica é: por quê? Por que os brasileiros pagam tanto para adquirir crédito e recebem tão pouco para poupar? Comecei a perceber que, no Brasil, os impostos em geral são mais elevados. Comparações de preços para os mesmos produtos aqui e em outros países, mesmo levando-se em conta as diferenças cambiais e incluindo-se a “multa” de importar certos produtos, os preços de televisões, eletrônicos e carros, sejam populares ou de luxo, são mais altos no Brasil.

2 A poupança rende aproximadamente 0,5% ao mês, ou 6% ao ano.

1.2 A Situação Problema

“Há um eterno conflito entre o impulso de gastar e o impulso de investir. O impulso de um indivíduo para gastar é causado por sua impaciência em obter prazeres sem demora, e seu impulso para investir é causado pelas oportunidades de obter, pela demora, relativamente mais prazer para si ou para outros.” (FISHER, 1986:26)

Na eleição presidencial de 2010, foi levantada uma questão de extrema importância para o Brasil: a carga tributária astronômica existente no país. Foi frisado - e ainda é - que o problema tinha de ser resolvido. Ainda não foi³. Assim, os tributos diretos e indiretos, muito mais altos que em outras nações, continuam sendo alvo de debate e crítica em todas as esferas. O alto custo e a baixa dispersão de crédito no Brasil também são pontos polêmicos. A necessidade de uma economia ter crédito é indispensável. Para ser mais exata, sem o crédito, a economia contemporânea não existiria. Créditos e seus resultantes juros cobrados são um mercado altamente lucrativo e, sem esse endividamento, não existiria a mesma “prosperidade” dos países possuidores de títulos, então seguradores de dívidas. O crédito para os indivíduos também é importância significativa, adquirido através de empréstimos bancários ou automáticos, como o cheque especial, ou ainda através do crédito ao consumidor de formas variadas, incluindo financiamento pessoal, consórcios, Crédito pessoal, crédito consignado (descontado direto da folha de pagamento) entre outras.

3 A questão da carga tributária no Brasil seria grande demais para ser explorada neste trabalho. Mas pode ser destacado que uma questão que tem impacto maior na classe trabalhadora, segundo revista carta capital “Uma pesquisa do IPEA revela que os 10% mais pobres tem 33% da renda abocanhada por tributos indiretos, enquanto os mais ricos perdem só 22,7%” (Carta Capital, 2011; 31)

“Como mediador do crédito, o banco trabalha com todo o capital próprio e alheio de que dispõe (...). A posição mediadora do banco na circulação do crédito permite-lhe ganhar não somente com o capital próprio, como qualquer outro capitalista monetário, mas também com o de seus credores a quem paga juro mais baixo que cobra de seus devedores.” (Hilferding, 1985:170)

Quando pensamos de maneira global, o papel desempenhado pelo endividamento dos países mais pobres pelos países mais ricos, através de empréstimos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), obriga as nações a reestruturarem suas economias. Isso, muitas vezes, significa adotar práticas monetárias apontadas por essas instituições, mesmo se as reestruturações e implementações monetárias forem prejudiciais às populações locais. Há muito que se ganhar com o endividamento de países e indivíduos. A falta de dinheiro para compras ou investimentos obriga cidadãos, empresas e governos a pegarem dinheiro emprestado. Mas é a emissão de títulos e notas promissórias, que Marx chama de “capital fictício”, junto com outras formas de crédito, que cria a condição de ter mais dinheiro em circulação do que realmente existe. Ao se endividar, seja por quais motivos for, você se compromete a trabalhar tardiamente para reembolsar aquele que te emprestou no primeiro instante, seja o banqueiro doméstico, no caso dos indivíduos com conta corrente, cheque especial ou empréstimo pessoal, ou uma empresa por meio da mesma instituição, de bancos de desenvolvimento (no Brasil, o BNDES) ou de uma instituição internacional. Essas entidades, de escopo micro e macroeconômico, cobram juros em cima desses empréstimos para ganhar o máximo de retorno. As bolsas de valores do mundo todo vendem e compram dívidas de países inteiros, tirando lucros através de juros. Mas os empréstimos não estão sendo pagos, e com os juros astronômicos, quando um país ou indivíduo não tem como pagá-los, vai à falência.

Será pertinente definir dinheiro, começando por Marx:

“Dinheiro – considerando aqui expressão antônima de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na produção capitalista transformar-se em capital quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago – produto excedente e mais-valia – e dela apropriar-se. Por isso além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital.” (Marx;1991:392)

“No capital produtor de juros, a relação capitalista atinge a forma mais retificada, mais fetichista. Temos nessa forma d-d’, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos.” (Marx;1991:450)

Ao denominar os títulos e notas promissórias de capital fictício, Marx estava corretíssimo. Era impensável para ele, no século 19, prever até onde os mercados de crédito chegaram hoje, e a importância do capital produtor de juros (*interest bearing capital*), pensando no crédito e endividamento globalizado. A fórmula do Marx de d-m-d’ (dinheiro transforma em mercadoria e ‘volta com mais dinheiro na forma de lucro) é substituída por essa nova fórmula mostra que dinheiro pode, na forma de crédito, teremos a condição de dinheiro que gere mais dinheiro, ou valor que valorize a si mesmo.

Para citar o Harvey:

“As instituições estatais e financeiras detêm o poder-chave de gerar e oferecer crédito. Elas criam com efeito aquilo que se poderia denominar capital fictício (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte material mas que podem ser usados como dinheiro)” (HARVEY, 2003:97)

A prosperidade vivida pelos Estados Unidos e a Inglaterra na primeira década do século XXI, por exemplo, não passava de fictícia. O refinanciamento das casas dos consumidores desses países rendeu

dinheiro para gastar (então o caráter de prosperidade), mas eles não tinham como pagar as contas (criando inadimplência). Os bancos, então, estavam obrigados a retomar as casas (hipotecas *subprime*) em grande escala, baixando os preços do mercado imobiliário, e dando prejuízos significantes aos bancos desse mercado.

David Harvey, em seu livro “O Novo Imperialismo”, de 2003, previa o que aconteceu recentemente:

“... vemos que cerca de 20 por cento do crescimento do PIB dos Estados Unidos em 2002 foram decorrência do refinanciamento pelos consumidores das dívidas em hipotecas, reduzindo os valores inflacionados de suas residências, e do uso do dinheiro extra que obtiveram para o consumo imediato. (...) Só no terceiro trimestre de 2002, os consumidores britânicos tomaram emprestados 19 bilhões de dólares, tendo como garantia o valor de suas hipotecas, para financiar seu consumo. É objeto de séria preocupação aquilo que vai acontecer quando essa bolha de propriedade explodir“ (Harvey, 2003:96-97)

O desempenho econômico do Brasil é de relevância internacional, pois ele é um dos líderes dos países em desenvolvimento. Das nações de preeminência de desenvolvimento, quatro se destacam: Brasil, Rússia, China e Índia. A sigla BRIC (que soa como *brick*) quer dizer tijolo em inglês dando ênfase à idéia de segurança e estabilidade oferecida por esses países, principalmente perante a crise recente, em que as nações desenvolvidas sofreram mais e os BRIC só diminuíram seu crescimento.

Para este trabalho, decidi focar principalmente na realidade de um titular de uma conta corrente normal. O consumidor, ao colocar seu dinheiro no banco, na realidade, está emprestando esse dinheiro e, ao utilizar uma forma de crédito automático (cheque especial e o *overdraft* na Inglaterra) quando não tem recursos suficientes, está fazendo um empréstimo. Só que, no primeiro caso, não é a mesma relação de endividamento quando é o banco que detém o dinheiro. No segundo caso, quando o cidadão

empresta dinheiro, a banco é remunerado através de juros cobrados. Mas o cidadão não é remunerado de maneira igual.

A taxa básica de juros tem uma influência nas contas correntes, em relação à taxa oferecida pelos bancos. No Brasil, a SELIC, que é a taxa de juros referencial, não influencia de maneira proporcional o setor de contas correntes pessoais. Na Inglaterra, se a taxa básica de juros (*Base Rate*) sobe, existe um impacto mais direto no comportamento dos consumidores. O *Base Rate* também ajuda as pessoas a saberem quanto custa um empréstimo e quanto se ganha em uma poupança.

Nas aulas de Economia que tinha na Inglaterra, no ano 2000, os professores ensinavam assim: se o *Base Rate* é de 4% ao ano, significa que o retorno de uma conta de poupança seria menos que isso, digamos 2-2,5% ao ano, enquanto o custo de um empréstimo pessoal seria maior, entre 6% e 7% ao ano. Essa diferença entre o custo de um empréstimo e o rendimento de uma poupança pode ser chamado de *spread* do banco, que é uma das formas como ganha dinheiro. Um banco com um *spread* menor deveria ter, pelas leis do mercado, vantagem sobre seus concorrentes.

No Brasil, em 2011 por exemplo, a SELIC era de aproximadamente 10% ao ano, o retorno da poupança 6% ao ano e o cheque especial acima de 185% ao ano. O custo de um empréstimo pessoal é de 60% ao ano. Mas precisamos ver se a SELIC exerce uma função parecida. Parece que a questão central aqui é o preço excessivo de crédito, principalmente cheque especial, e sua relativa escassez. Propagandas para eletrodomésticos e carros mostram apenas as parcelas mensais, raramente se mostra o preço à vista. No caso dos carros, parcelando em até 72 meses, se dá ao consumidor acesso ao seu sonho de consumir. Mesmo que esse acabe pagando mais que 72% em cima do

preço do seu automóvel e que, após ter pagado todas as prestações, seis anos depois, o veículo tenha se depreciado mais que 50% do valor original. Mas será que outro tipo de empréstimo não seria mais barato? Os consumidores, de modo geral, não conhecem outras formas de adquirir crédito? A mesma questão pode ser feita em outro campo. Se a poupança rende tão pouco, não haveria outras formas de poupar com segurança, flexibilidade e rendimento mais digno? O cheque especial não é muito usado em comparação outras formas de crédito, mas os lucros são expressivos.

“No final de abril de 2009, o saldo de CHEQUE ESPECIAL utilizado somava R\$ 18,05 bilhões. O CHEQUE ESPECIAL representa cerca de 2% de todo o crédito concedido no país e cerca de 4% do crédito concedido a pessoas físicas.” (FEBRABAN: 2009)

Os lucros que os bancos adquirem no Brasil é alvo de muito debate, e frequentemente causa dos funcionários dos próprios bancos a fazer greves, que são até comuns no Brasil.

1.3 Objetivos

O objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é fazer um estudo comparativo entre os sistemas bancários do Brasil e da Inglaterra, focando nas diferenças entre os custos para o consumidor de conta corrente endividado com o cheque especial (*overdraft*).

Os objetivos específicos

O trabalho será composto por duas partes principais. Na primeira, será feita uma breve comparação dos sistemas econômicos dos países estudados, com uma contextualização global. Na segunda, uma comparação dos custos de crédito emergencial, ou seja, o cheque especial.

Capítulo 1.4 Metodologia

O período de tempo escolhido para análise neste trabalho é de 2000 a 2010, com olhar mais profundo na crise econômica de 2008, provocada pelo colapso das hipotecas norte-americanas. Como este trabalho será publicado em 2012, uma atualização dos dados também será apresentada para podermos ter uma visão mais ampla e que reflète mais a realidade que vivemos hoje. O cheque especial está em debate neste primeiro trimestre de 2012, e reformas bancárias parecem ser inevitáveis. O *spread* bancário também está em pauta, principalmente os lucros dos bancos (de aproximadamente 30%) e os impostos e tributos (em torno de 20%).

A taxa de juros para cada país, a SELIC e o *Base Rate*, foram usados em vez das taxas de juros reais (ajustados para inflação), pois são elas usadas como referencia para consumidores e bancos.

A pesquisa foi bibliográfica e documental, usando dados estatísticos de fontes oficiais. Dados foram coletados dos sites oficiais dos bancos centrais de cada país (www.bcb.gov.br e www.bankofengland.co.uk) e dos órgãos fiscalizadores independentes (PROCON, no Brasil, e o *Office of Fair Trading e Independent Commision on Banking*, na Inglaterra). Informações do Banco Mundial também interessaram a este trabalho. Outros sites na internet foram analisados e usados, como aqueles que comparam preços, neste caso, contas correntes. Quando gráficos ou tabelas não foram encontrados, a elaboração própria foi realizada. Uma breve revisão de literatura ou indicações teóricas também foi realizada.

Capítulo II: O Brasil e a Inglaterra; Sistemas bancários, situações globais

2.1 Os sistemas bancários dos países em questão

O Brasil e a Inglaterra possuem sistemas bancários bem distintos. O envolvimento de cada governo em suas respectivas economias será importante para o trabalho atual. Em um primeiro instante, serão analisados os bancos e as contas correntes, em geral, para identificar as diferenças para os consumidores dos dois países. Essa passagem, tirada do 20º comunicado da presidência elaborado pela IPEA (Instituto de pesquisa econômica aplicada), situa-nos no contexto econômico

“A partir do último quarto do século passado, parcelas significativas das economias passaram a ser dirigidas novamente pelo comportamento das altas finanças, com as atividades bancária e financeira assumindo maior centralidade no conjunto das políticas governamentais. Em função disso, o desempenho econômico dos países tornou-se mais propenso às crises financeiras.” (IPEA, 2009:2)

“Nesse sentido observa-se que o avanço do processo de financeirização das economias terminou sendo demarcado pela predominância de duas características. A primeira relaciona-se ao movimento mais geral de desregulamentação financeira, revertendo os acordos de Bretton Woods, durante a primeira metade da década de 1970. Com o desaparecimento das taxas de juros fixas e a expansão de mercados financeiros sem o controle das autoridades públicas nacionais e internacionais, as finanças se deslocaram uma vez mais da economia real, indicando a possibilidade de geração de riqueza sem contrapartidas em termos de produção baseadas, apenas, em inovação tecnológica e sofisticação dos serviços financeiros. (...) A segunda característica é a significativa redução da presença dos bancos públicos na indústria bancária.” (IPEA, 2009:3)

Podemos destacar dessa segunda citação, a importância da desregulamentação e do desaparecimento das taxas de juros fixos, também como a redução do número de bancos públicos. Esse breve levantamento histórico feito pelo IPEA no

início do comunicado, também nos serve para pensar essa questão mais ao longo prazo. É importante agora pensar comparativamente sobre a realidade econômica de cada país e como eles se comportaram em relação à desregulamentação dos sistemas bancários.

2.2 A Inglaterra e o Modelo Anglo Saxão

O modelo bancário anglo-saxão (The anglo-saxon banking model)

É importante situar os países aqui em questão para poder ter uma noção maior do modelo bancário usado em cada país. Existem modelos bancários variados usados no mundo (capitalista), como o anglo-saxão, o alemão (Rheinish ou Renana), o leste-asiático e o dinamarquês. No padrão anglo-saxão, regente no Reino Unido e nos Estados Unidos, a lei do mercado tem mais influencia nas decisões econômicas com menos influencia do governo. Outro destaque para o modelo britânico é que os bancos são quase todos privados, ou eram antes da crise.

Em julho de 2010, o BIS (Bank for International Settlements) publicou na sua revista BIS Papers, número 52, uma palestra sobre a recente crise e suas conseqüentes mudanças nas políticas financeiras. O Keynote Speaker (o palestrante de destaque) do encontro, o professor Charles Goodhart, do London School of Economics, publicou um artigo sobre os modelos anglo-saxão e leste-asiático perante a recente crise, no qual argumenta que o primeiro modelo não se adaptou à crise com a mesma eficiência que o segundo. Esse texto é uma referência importante, pois o autor expõe as principais características de cada modelo, sendo o leste-asiático, vigente na Coréia do Sul, no Japão e na China, bem parecido com o sistema brasileiro.

“O principal foco da política monetária, no modelo anglo-saxão, tem sido a estabelecimento da taxa de juros (de curto prazo) pelo banco central para atingir uma meta de inflação, sendo ela implícita (EUA) ou explícita,

para um futuro previsto (BIS papers 52:307)⁴ [...] O setor público decide o contexto macro-econômico e regulatório de maneira ampla, e o sistema financeiro privado decide com autonomia no comportamento dentro desta estrutura.”⁵ (BIS papers 52, 2009:311)

Dentro dessas limitações, os bancos privados agiram de maneira autônoma, dentro das regras estabelecidas pelas autoridades de fiscalização – o *Bank of England*, Autoridade de Segurança Financeira (FSA) e Tesouro, entre outras. O texto também aponta para a estrutura de incentivos dos executivos dos bancos. Os bônus milionários de fim de ano são bem conhecidos, e como destaca o autor, são objeto de crítica, pois são pagos mesmo em tempos de crise - e agora também com dinheiro público.

“A crença geral, ou seja, de Alan Greenspan (presidente do Federal Reserve), era que, com capital e riqueza investidos na própria empresa, os altos executivos dos bancos jamais permitiriam que seus bancos entrassem em risco sério de colapso. Assim, a regulação poderia ser de ‘toque leve’ e baseada em princípios gerais, em vez de intervenção intrusiva” (BIS Papers 52, 2009:309) (...) A presunção implícita era que, enquanto a macro-economia se mantivesse estável, a infra-estrutura financeira também se manteria⁶.”(BIS Papers 52, 2009:307)

Também importante para nos situar é um artigo de 2005 comparando o desempenho da Inglaterra como representante do modelo anglo-saxão e de outros países europeus que praticam uma forma de capitalismo mais intervencionista em relação o sistema bancário, que é o modelo Renano (Rhenish). Publicado no BNP Paribas, o texto “The anglo-saxon model: a critical view”, de Raymond Van der Putten, recapitula as principais mudanças no sistema econômico britânico. O artigo discute o crescimento da Inglaterra em termos de emprego, mas também

⁴The main focus of monetary policy, in the Anglo-Saxon model, has been for the central bank to set (short-term) interest rates so as to hit an inflation target, whether implicit (USA) or explicit, over some future forecast horizon.

⁵the public sector sets the broader macroeconomic and regulatory context and the private financial system decides autonomously on its own behaviour within that framework

⁶The implicit assumption was that, as long as the macro economy held stable, so too would its financial infrastructure.

destaca o declínio na qualidade dos serviços públicos, como de saúde e do setor ferroviário.

“O governo Thatcher (1979-1990), seguido pelo governo Major (1990-1997) preocupou-se com o melhoramento da economia reduzindo-se o tamanho do setor público através de privatização, diminuindo impostos e adotando disciplina orçamentária rígida. (...) Porém, essas políticas criaram um sub-investimento e um declínio na qualidade dos serviços públicos. Isso se tornou mais visível com a deterioração do Sistema de Saúde Nacional (o NHS), aonde as listas de espera estavam se acumulando, e com o estado precário do sistema ferroviário britânico (British Railway System)” (VAN DER PUTTEN, 2005:18)

Acrescenta que o modelo anglo-saxão, nos dez anos em que a pesquisa foi feita, não distribuiu a riqueza no país, mas conseguiu estimular crescimento na economia e criar empregos⁷.

“A economia do Reino Unido superou os países de grandes indústrias no período de 1995-2005 em termos de crescimento do PIB per capita. Como resultado, a renda per capita no Reino Unido é uma das mais altas na UE (União Européia). Esse desempenho impressionante é relacionado: (i) às reformas estruturais realizadas a partir de 1979 (ii), a uma política fiscal “acomodativa” (ii) e a um mercado imobiliário aquecido (booming). (...) Apesar desses resultados, o variante inglês do modelo anglo-saxão tem encontrado uma recepção “morna” no continente Europeu. O motivo é que o Reino Unido ainda está atrás em outros aspectos, e principalmente na provisão de serviços públicos e no combate à pobreza. Transporte público e serviços de saúde ainda estão bem abaixo dos padrões continentais. Além disso, os índices de pobreza são substancialmente mais altos.” (VAN DER PUTTEN, 2005:26)

Na Inglaterra, o sistema bancário é mais desregulamentado que no Brasil. Há órgãos fiscais

⁷Although the Anglo-Saxon model has been very good in stimulating growth and creating jobs, it has been less successful in redistributing welfare. (The Anglo-Saxon model: a critical view Raymond Van der PUTTEN Conjoncture October 2005 pg 24)

independentes do governo que investigam as práticas bancárias e ações que podem ser tomadas para evitar exploração do consumidor.

Outra diferença importante que tem que ser destacada é que os bancos britânicos operam não somente no âmbito doméstico, mas também no internacional, exercendo funções além daquelas de simples bancos de depósito. De acordo com o relatório do *Independent Commission on Banking* (Comissão Independente sobre o Sistema Bancário), que lida com as dificuldades enfrentadas no período pós-crise, é necessário ter uma separação ou ring fence (um ‘cercado’ ou cerca) para evitar problemas de um setor influenciando ou agravando questões de outros setores. Através dessa cerca, que separaria esferas de operação dos bancos, seria possível evitar o que aconteceu na crise, aonde problemas internacionais pioraram os problemas domésticos devido às áreas diversas aonde os bancos operavam.⁸ Essa falta de regulamentação que existe na Inglaterra e em outros países onde o impacto da crise foi maior contribui para aprofundar mais ainda a crise, sendo o impacto sentido até hoje.

“A tríplice autoridade do *Bank of England*, da FSA (Financial Security Authority, ou Autoridade de Segurança Financeira) e do Tesouro falhou em manter a estabilidade financeira, em parte porque não estava claro quem estava em comando em uma crise e porque a atenção prestada à supervisão a supervisão macro prudencial foi inadequada – isto é, o efeito das ações dos bancos individuais não foram adequadamente considerados ou previstas– no período quando “boom and bust” (altas e baixas no mercado) foram equivocadamente destinados a história.”⁹ (House of Lords)

8(Independent Commission on Banking, 2011:35)

9The UK the tripartite authorities of the Bank of England, FSA (Financial Security Authority), and the Treasury failed to maintain financial stability, in part because it was not clear who was in charge in a crisis and because not enough attention was paid to macro-prudential supervision - oversight of the aggregate effect of the actions of individual banks - in the period when "boom and bust" was mistakenly assigned to history.

A tríplice autoridade (*The tripartite authorities*)

É importante que não nos perder com as informações aqui apresentadas; agora que temos uma idéia sobre a estrutura ou o sistema presente na Inglaterra, podemos ver quem implementa as normas e regra financeiras.

A regulação e implementação de políticas financeiras e monetárias passam pelas mãos de três órgãos diferentes. O *Bank of England*, o Financial Security Authority (Autoridade de Serviços Financeiros) e o Tesouro do Parlamento. Segundo um artigo publicado pelo *House of Lords Economic Affairs Committee* (Comitê de Assuntos Econômicos do Parlamento Inglês), a crise de 2008 se agravou devido à falta de comunicação entre estes órgãos.

O Banco Central da Inglaterra (*The Bank of England*)

O *Bank of England* tem dois princípios básicos, que são: manter a estabilidade monetária (que inclui manter a inflação a 2% ao ano) e a estabilidade financeira. Isso é o anúncio na publicação que sai quatro vezes por ano, o Relatório de Inflação. Além disso, como outros bancos centrais, precisa controlar a impressão e distribuição da moeda nacional. O grupo que define a inflação é chamado o MPC (Monetary policy committee ou Comitê de Políticas Monetárias). É a equivalente ao COPOM dentro do Banco Central do Brasil. O MPC define a taxa de juros (*Base Rate*) para controlar a inflação ou estimular a economia (como vimos antes, baixando a taxa e deixando o crédito “mais barato”). O MPC tem nove membros, quatro deles escolhidos pelo governo

para ter conhecimento dentro e fora do próprio banco central¹⁰.

A Autoridade de Segurança Financeira (*The Financial Security Authority*)

É um órgão regulador (financeira) independente para o Reino Unido, e cria as regras no âmbito financeiro. Os poderes e o órgão foram criados a partir do Financial Services and Markets Act 2000 (FSMA) (ato dos Serviços e Mercados Financeiros). Também tem como objetivo, promover mercados financeiros eficientes, ordenados e justos, também como garantir princípios de boa regulação. É um órgão independente e não recebem remuneração do governo – recebe sua remuneração através das firmas que representa. Porém, o FSA é responsável junto ao tesouro e, através dele, ao Parlamento.”¹¹

O Tesouro do Parlamento (*The Treasury*)

Seria a equivalente ao Ministério da Fazenda e o Tesouro nacional. É o grupo governamental que implementa regras e metas para a economia. São eles quem tomam (ou indicam) as decisões financeiras ou econômicas dentro do governo.

10 <http://www.bankofengland.co.uk/monetarypolicy/Pages/overview.aspx>

11“ (<http://www.fsa.gov.uk/about>)

2.3 O Modelo Brasileiro

“Uma das restrições ao desenvolvimento do país está na política monetária, que há décadas nos dá o vexaminoso título de campeões mundiais de taxas de juros, que inibem os investimentos privados e públicos, mantêm elevada a carga tributária, causando inflação e concentração de renda. Isso poderá mudar gradualmente, o que estimulará os investimentos, melhorará a distribuição de renda e permitirá o saneamento fiscal.” (Khair, 2009: 60-61)

A economia moderna brasileira, uma das emergentes nas primeiras duas décadas do século 21, foi construída com muitas tentativas fracassadas de controle de inflação e estabilidade monetária. A década de 80, a chamada década perdida, teve efeitos duradouros no retorno à democracia no final da década. O Plano Cruzado, de 1986, implementado pelo então presidente José Sarney, pretendia controlar a inflação de 20%. Também os planos Bresser (1987) e Verão (1988) não conseguiram contornar os problemas inflacionários. Na década de 90, o Plano Collor também não funcionou e, durante o governo do Collor, houve o pânico do congelamento de poupanças. O plano real implantado no final de 1993 foi o primeiro bem sucedido desde 1963.

BACEN ou BCB

“O Banco Central do Brasil (Bacen) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que também foi criada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. Dentre suas atribuições estão: emitir papel-moeda e moeda metálica; executar os serviços do meio circulante; receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias; realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país. Sua sede fica em Brasília, capital do País, e tem representações nas capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará”¹²

12 <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bacen.asp>

O COPOM

“O Copom foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório, a exemplo do que já era adotado pelo Federal Open Market Committee (FOMC) do Banco Central dos Estados Unidos e pelo Central Bank Council, do Banco Central da Alemanha. Em junho de 1998, o Banco da Inglaterra também instituiu o seu Monetary Policy Committee (MPC), assim como o Banco Central Europeu, desde a criação da moeda única em janeiro de 1999. Atualmente, uma vasta gama de autoridades monetárias em todo o mundo adota prática semelhante, facilitando o processo decisório, a transparência e a comunicação com o público em geral.”¹³

Agora que vimos o sistema anglo-saxão, é importante situar o Brasil em um modelo bancário. Como citado anteriormente, no artigo em que de Goodhart (BIS Papers 52), o autor compara os modelos anglo-saxão e leste-asiático, vê-se que o padrão adotado no Brasil é mais parecido com o usado no Leste da Ásia por duas razões:

“i) Uma maior disposição para ter uma parcela significativa do sistema bancário doméstico sobre controle do setor público; ii) Uma influência direta muito maior vindo do setor público, especialmente do Ministério da Fazenda e do Banco Central, que até dão conselhos sobre a quantia e a forma de distribuição dos empréstimos bancários aos diferentes setores privados e públicos, como agricultura, construção, infra-estrutura etc.” (BIS Papers 52, 2009:307)¹⁴

¹³ <http://www.bcb.gov.br/?copomhist>

¹⁴ (i) A much greater willingness to have a sizeable proportion of the domestic banking system under public sector ownership and/or control.

(ii) Much greater direct influence from the public sector, especially from the ministry of finance/central bank in providing guidance on the amount of bank lending to the private (and public) sectors, and even guidance on the sectoral distribution of such lending, e.g. towards agriculture, construction, infrastructure etc.

No caso do Brasil, a regulamentação maior é algo historicamente construído, devido às incertezas econômicas vividas durante os anos iniciais da década de 1990, com a superinflação e a instabilidade monetária. A cautela praticada no setor de crédito no Brasil é alvo de muito debate em tempos de estabilidade, pois o volume de crédito é baixo e o preço é alto, o que prejudica o crescimento do país. Mas em tempos de instabilidade a prudência ajuda o Brasil a “segurar” os maiores impactos da crise. Podemos ver isso no comunicado da Presidência apresentado pelo IPEA.

“Um argumento muito em voga no debate sugere que a atual resistência à crise financeira internacional é uma prova da qualidade do sistema bancário brasileiro e de seus mecanismos de regulação. De fato, quando são comparados os resultados obtidos no Brasil com os países da América do Norte, Europa Ocidental e Japão, no momento atual, essa constatação é de difícil refutação. No entanto, ao considerar dados sobre a disponibilidade de crédito barato e de atendimento da população, o cenário se torna significativamente diferente. O custo do crédito supera em muito os patamares internacionais e o atendimento bancário é precário em vastas regiões do Brasil. Esse quadro, quando os efeitos mais graves da crise forem superados, vai recolocar o problema de acesso ao crédito e representar, novamente, um obstáculo para atingir um padrão de crescimento econômico mais elevado, pois, mesmo que a crise tenha forte componente bancário, o crédito continuará sendo a força motora para dar sustentação ao crescimento e gerar a sua transformação num ciclo virtuoso de desenvolvimento.” (IPEA, 2009;23)

Essa questão também foi levantada no artigo para discussão, “O impacto de requerimentos de capital na oferta de crédito bancário no Brasil”, de Blum e Nakane¹⁵.

“Segundo Goldfajn, Hennings e Mori (2003), as tempestivas intervenções em bancos com problemas de solvência e a adoção de melhorias na área de regulação prudencial logo no início da estabilização macroeconômica permitiram que a economia brasileira superasse a situação de turbulência. Desde então, o sistema financeiro vem apresentando estabilidade e resistência a choques. Um indicador é a redução do número de instituições bancárias submetidas a regime especial por decretos do Banco Central do Brasil: 49 no período de 1994 a 1998 contra 10 no período de 1999 a 2004.” (BLUM e NAKANE, 2005:2)

O texto também levanta a questão do crédito em relação ao PIB. Isso também interessa muito para este trabalho, pois mostra que a oferta de crédito em alguns países supera o PIB, o que significa que o movimento total de crédito pode ser maior que a produção interna do país.

“Por outro lado, nota-se a deficiência do sistema quanto à concessão de crédito, que deveria ser a principal atividade dos intermediários financeiros. Belaisch (2003) aponta que, no ano de 2000, enquanto o percentual de operações de crédito em relação ao PIB era de 70% no Chile, 45% nos EUA e 104% na zona do Euro, no Brasil a relação era de apenas 25%.” (BLUM e NAKANE, 2005:2)

15 disponível no site (<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A085.pdf>)

Fator importante nesta análise é a questão do envolvimento no estado em cada país. Vimos que no modelo anglo-saxão, o estado é mínimo, aonde no sistema em que o Brasil se opera, o estado é longe de ser considerado mínimo. Na revista “Época” de 13 de julho de 2011, um artigo de Paulo Guedes afirma que 675 empresas brasileiras têm influencia direta ou indireta do governo, e que isto não é algo recente; “O estado obeso, herança da era Vargas e dos governos militares passou por uma dieta notável nas gestões de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.” (ÉPOCA, 2011:70)

Então o envolvimento na economia que o estado tem é um fator histórico, mas as privatizações pós-regime militar mostrou um afastamento dessa idéia, para uma diminuição do papel do estado. Mas a influencia do governo nunca deixou de existir, e com a entrada do PT e o governo Lula, o estado retomou seu lugar no centro das decisões. Novamente citando o artigo da Revista Época, uma afirmação do Luiz Carlos Mendonça de Barros; “A partir do governo Lula, houve uma mudança no entendimento do papel que o Estado dever ter no capitalismo brasileiro” (Época, 2011:67) O economista Rodrigo Constantino, neste artigo, reafirma essa idéia; “Nunca tivemos um capitalismo de Estado tão evidente” (Época, 2011:67)

2.4 O Brasil e a Inglaterra

Não podemos analisar ou comparar estes países sem levar em consideração suas respectivas histórias, e também a história que eles compartilham. Os destinos destes países se entrelaçavam significativamente desde a descoberta do novo mundo. Os portugueses e os espanhóis desfrutaram das suas colônias na América do Sul, explorando metais preciosas e outras matérias primas como algodão, açúcar, e pau-brasil no caso português. Segundo Arruda (2008) ao perder sua colônia norte-americana na guerra de independência, os ingleses se encontravam em déficit com a corte portuguesa.

“Era a colônia brasileira que criava as condições para o superávit da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra. Nesses termos, assumir o controle direto dessa colônia anularia os superávits comerciais portugueses, ampliaria sua fonte de suprimento de algodão, abriria o mercado brasileiro para as manufaturas têxteis inglesas, entorpeceria o desenvolvimento das manufaturas portuguesas, aniquilaria a indústria francesa, razões mais do que suficientes para a adoção de medidas agressivas, rompendo a secular aliança com os portugueses.” (ARRUDA, 2008:26-29)

As guerras napoleônicas foram causa direta da vinda da corte portuguesa ao Brasil, e também, uma dos interesses dos ingleses.

“Em fase acelerada de desenvolvimento industrial, de constituição e aprimoramento das técnicas do capital bancário e financeiro, as elites políticas e empresariais britânicas abandonam celeremente as antigas práticas do imperialismo arquitetado no bojo do capital mercantil e do sistema mercantilista, passando a repensar a dominação direta de territórios coloniais como forma suprema de exercícios da dominação econômica e política, optando por uma alternativa mais consentânea com a dinâmica renovada que seu sistema econômico adquirira.” (ARRUDA, 2008:24)

Se lembrarmos a citação do Harvey e a idéia do Novo Imperialismo, o texto de Arruda também aponta para este fato, embora quase duzentos anos antes. O imperialismo que estamos falando é econômico;

“...a teoria e a prática do imperialismo do comércio livre, a idéia criativa de que era preferível a subordinação econômico-financeira dos países emergentes da condição de ex-colônias à dominação política, direta e territorial.” (ARRUDA, 2008: 24)

É importante salientar estes fatos em luz do nosso estudo, pois o imperialismo britânico começou algumas centenas de anos, e o novo imperialismo, segundo Harvey, é também este imperialismo econômico. Então, o estudo feito comparativamente entre a Inglaterra e o Brasil tem que levar isto em conta. O fato é que se analisamos os dois países a partir do século 21, a exploração econômica que Brasil passou em sua formação como estado-nação fica fora da questão. Realmente, as taxas de juros no Brasil são mais elevadas do que na Inglaterra. Os consumidores brasileiros pagam mais que os consumidores da Inglaterra em relação ao dinheiro do banco. Mas influências históricas deste tipo, também como na historia recente com empréstimos do Banco Mundial e o FMI, mostram que a economia brasileira não está completamente nas mãos dos brasileiros, e sempre teve esta influência externa em relações políticas econômicas. A dívida externa do Brasil em função dos empréstimos feitos durante a ditadura militar influencia profundamente a economia brasileira no século 21. Como mencionamos, estes empréstimos são concedidos aos países que concordam em praticar as regras estabelecidas pelo o FMI e o Banco Mundial. Será preciso levar em conta estes fato;

“A primeira fase do endividamento externo brasileiro entre os anos de 1964 e 1972 pode ser caracterizada como fase em que a captação de recursos internacionais ocorreu com o propósito de realizar investimentos em infra-estrutura e em setores básicos para criar as condições econômicas que conduziram ao milagre econômico brasileiro (...)A segunda fase do endividamento externo brasileiro, entre 1973 e 1980, ocorreu em cenário econômico internacional bem menos favorável. O petróleo – uma das principais fontes de energia dos modos de produção vigentes – teve sucessivos aumentos de preço, causando desequilíbrios crescentes nas balanças comerciais dos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil. (GRASEL e PEREIRA, 2003: 9- 12)

Outro período que podemos destacar aqui seria a década de 1990, e o endividamento ocorrido devido aos empréstimos feitos com o FMI no governo de Fernando Henrique Cardoso com, por exemplo, a reforma cambial e a introdução do Plano Real. As consequências destes empréstimos trouxeram uma perda de autonomia nas tomadas de decisões econômicas no Brasil.

Capítulo III: Comparações macro-econômicas

3.1 O *Spread* e a inflação

Utilizando dados do Banco Mundial (www.worldbank.org), podemos notar a diferença entre o Brasil e o Reino Unido comparando o *spread*, o preço de uma dívida (*lending interest rate*) e as taxas de juros reais (*real interest rate*). A partir dos gráficos seguintes, veremos o impacto da crise em cada um dos países em questão. Os quatro anos utilizados não mostram a realidade histórica, mas a tendência antes, durante e depois da crise.

O Problema de Analisar o *Spread* Bancário

No Relatório Econômico Bancário e de Crédito de 2005, disponível no site oficial do Banco Central do Brasil, o quinto capítulo trata justamente do problema da comparação internacional. O Brasil se encontrava em terceiro lugar em um Ranking dos maiores *Spread* bancário do mundo

A diferença entre as taxas de empréstimos e as três medidas distintas de custo de oportunidade:

– *Spread* médio para o período de 2002–2004 (IFS)

PAIS	SPREAD 1	PAIS	SPREAD 2	PAIS	SPREAD 3
1 ZIMBABWE	85,06	1 ZIMBABWE	46,62	1 ZIMBABWE	68,59
2 ANGOLA	61,83	2 BRAZIL	42,10	2 BRAZIL	42,12
3 BRAZIL	42,83	3 PARAGUAY	31,55	3 KYRGYZ REPUBLIC	16,97
4 PARAGUAY	26,13	4 MAURITIUS*	17,42	4 HAITI	16,68
5 MALAWI	23,13	5 MADAGASCAR	13,75	5 ZAMBIA	13,13
6 GEORGIA	23,00	6 UKRAINE	13,64	6 MADAGASCAR	12,32
7 LAO PEOPLE'S DEM.REP	22,88	7 GEORGIA	12,96	7 GUYANA	11,42
8 SAO TOME & PRINCIPE	21,79	8 ARMENIA	12,21	8 BELIZE	10,68
9 ZAMBIA	19,90	9 BOLIVIA	12,08	9 KENYA	10,65
10 HAITI	19,10	10 MOLDOVA	11,31	10 MOLDOVA	10,30
11 KYRGYZ REPUBLIC	18,54	11 VENEZUELA, REP. BOL.	11,26	11 ARMENIA	9,56
12 CAMBODIA	15,34	12 ARGENTINA	10,18	12 MALAWI	9,20
13 COSTA RICA	14,68	13 MOZAMBIQUE	9,96	13 TANZANIA	8,89
14 MICRONESIA, FED.STS.	14,05	14 MOROCCO	9,53	14 UGANDA	8,84
15 LIBERIA	13,33	15 COLOMBIA	8,86	15 BOLIVIA	7,67
16 ARMENIA	13,08	16 CROATIA	8,67	16 LAO PEOPLE'S DEM.REP	7,48
17 CAMEROON	13,00	17 RUSSIA	8,27	17 AZERBAIJAN	7,27
18 CEMAC	13,00	18 GUATEMALA	7,91	18 ALGERIA	7,10
19 CENTRAL AFRICAN REP.	13,00	19 PANAMA	7,90	19 ETHIOPIA	7,00
20 CHAD	13,00	20 INDONESIA	7,78	20 BARBADOS*	6,87

Spread 1= Taxa paga sobre depósitos

Spread 2 = Taxa praticada pelo mercado monetário

Spread 3= Taxa de remuneração dos títulos públicos

Tabela 3.1.1 Três *spreads* distintos apresentado no Relatório de Economia Bancária e de Crédito, 2005

Fonte: IFS-FMI (Relatório Econômico Bancária e de Crédito, 2005)

O relatório justifica a posição do Brasil na tabela, destacando que utilizando estes três variáveis de custo de oportunidade dos bancos não mostra a

realidade. O *spread* calculado dessa maneira é agregado, e leva em conta todas as operações e seus custos, agregando assim os empréstimos de alto e baixo risco.

Assim, não foi apresentada uma comparação direta da composição do *spread* de cada país

Inflação também tem que levado em consideração. A inflação no Brasil é historicamente mais elevada que na Inglaterra, aonde a média pré-crise era de 2%, mas chegou a 5% por ao durante e depois da crise, que influencia o Brasil pré-crise mais que a Inglaterra, mas menos durante e depois da crise.

A inflação seguindo os dados apresentados no site do banco mundial, não se iguala a inflação apresentado pelo IBGE¹⁶.

16 O IPCA é o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionarias, contratadas com o FMI, a partir de julho/99. A população-objetivo do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões

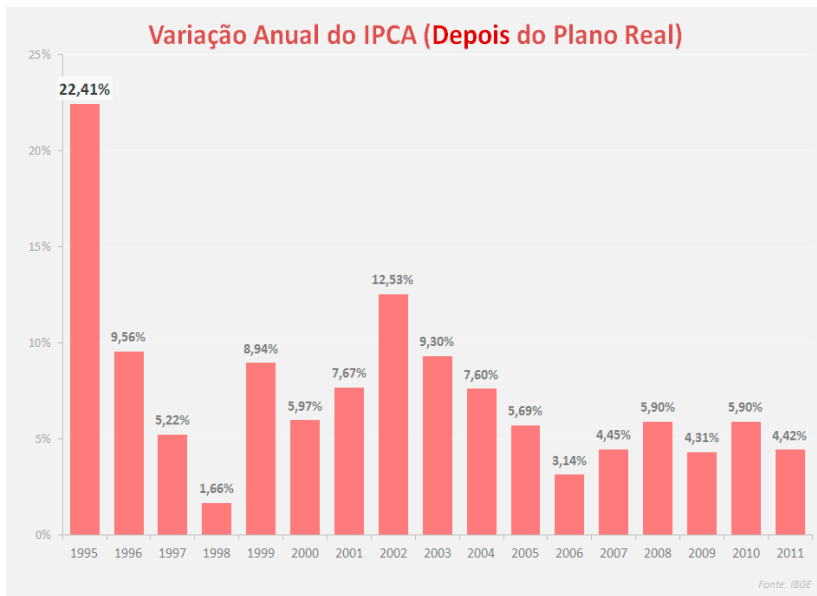


Gráfico 3.1.1 Inflação (IPCA) segundo a IBGE

Fonte: <http://hcinvestimentos.com/2011/02/21/ipca-igpm-inflacao-historica/>

Observamos a alta de 2002 e subsequente queda em 2003.

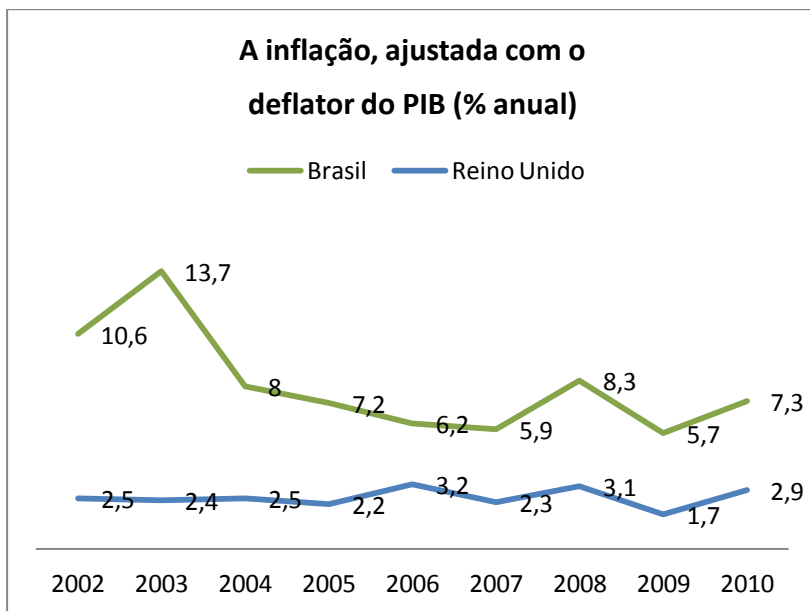


Gráfico 3.1.2 A inflação, ajustada com o deflator do PIB (% anual)

Fonte: Elaboração própria usando dados do site

<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.DEFL.KD.ZG>

A alta de 2002 e subseqüente queda em 2003, que vimos no gráfico anterior (4.1), não é presente no mesmo ano, e os números também não se igualam. É importante levarmos isto em consideração quando estamos comparando países e conseqüentemente dados de fontes diversas. As discrepâncias vistas antes (parte 2, tabelas 2.4 e 2.5) que também contavam com dados do Banco Mundial e uma fonte brasileira. Isto não quer dizer que os dados não são válidos, ou a comparação não pode ser feita, só que não podemos seguir cegamente todos os dados que encontramos. É necessário conferir os dados coletados que não são de fontes oficiais, e mesmo sendo fontes oficiais, precisamos ter cuidado ao interpretar dados sem considerar como foram

calculados. Um exemplo disso é encontrado justamente nos dados apresentados pelo Banco Mundial sobre a inflação.

Os dados do IBGE levam em conta o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), aonde o Banco Mundial utiliza a fórmula do deflator do PIB;

$$\text{Deflator do PIB} = \frac{\text{PIB Nominal}}{\text{PIB Real}} \times 100$$

As diferenças nos dados entre o IPCA do IBGE e os dados do Banco Mundial mostram a importância de verificar os dados, e se há diferenças grandes, por quê? Neste caso, a comparação é feita entre o IPCA no caso do IBGE (preço para o consumidor) e os dados do banco mundial leva em consideração a economia geral. No caso de inflação, há mais que um índice, e como falamos antes, o Banco Mundial tende a usar o deflator do PIB para chegar nestes resultados.

3.2 Dados do banco mundial

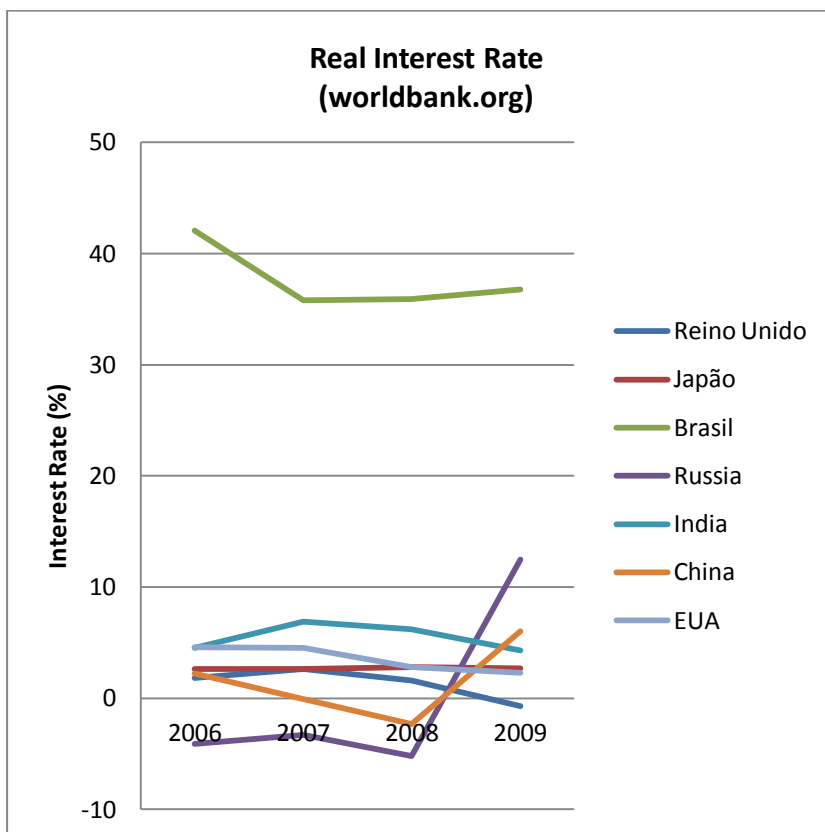


Gráfico 3.2.1 Real Interest Rate (Taxa de Juros Real) ¹⁷ é a taxa de juros para empréstimos ajustados pela inflação medida com o deflator do PIB. A taxa de juros real é a taxa de juros nominal ajustado em termos de inflação para refletir o ‘real’ custo para o consumidor e o ‘real’ retorno para o empresário

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em: data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR.

¹⁷ Real interest rate is the lending interest rate adjusted for inflation as measured by the GDP deflator

	2006	2007	2008	2009
Reino Unido	1.8	2.6	1.6	-0.7
Japão	2.6	2.6	2.8	2.7
Brasil	42.1	35.8	35.9	36.8
Rússia	-4.1	-3.3	-5.2	12.5
Índia	4.5	6.9	6.2	4.3
China	2.2	-0.1	-2.3	6.0
Os EUA	4.6	4.5	2.8	2.3

Tabela 3.2.1: Real Interest Rate

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em: data.worldbank.org/indicador/FR.INR.RINR.

A data coletada pelo site do Banco Mundial mostra bem a realidade, ou melhor, a disparidade entre os países no gráfico 2.1. A China e a Rússia entram em taxas de juros negativas a Rússia desde 2006 e que até 2009 volta com números positivos, mesmo sendo bastante alto em comparação o resto do grupo, chegando a 12,5%, e um pulo de 17,3%. O posicionamento da maioria dos países (menos o Brasil) é muito parecido. O Japão mostra certa estabilidade com um pequeno aumento em 2008 que baixa um pouco em 2009. O Reino Unido e a Índia têm o mesmo comportamento, um aumentou de 2006 para 2007, em seguida de duas quedas gradativamente maiores em 2008 e 2009 para enfrentar a crise. Os Estados Unidos reagiram da mesma maneira em 2008 e 2009, só que depois de estabilizar em 4,5% em 2006 e 2007. O Brasil se encontra isolado acima dos outros países, e vinha em queda, que teve que ser controlada (e sofreu uma pequena alta) para contornar a crise.

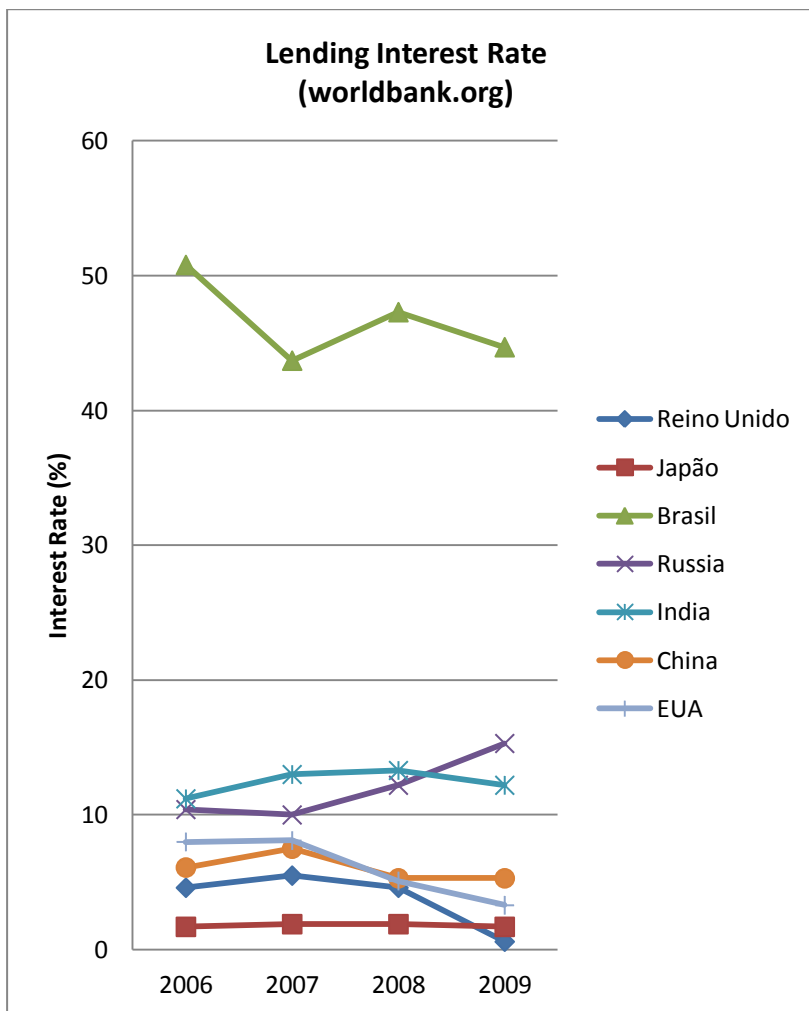


Gráfico 3.2.2 Lending interest rate (taxa de empréstimo)¹⁸ é a taxa cobrada pelos bancos em dividas para clientes prime (ou de menor risco) que parece ser a média de pessoas físicas e pessoas jurídicas

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em:
data.worldbank.org/indicador/FR.INR.LEND

¹⁸ is the rate charged by banks on loans to prime customers

	2006	2007	2008	2009
Reino Unido	4.6	5.5	4.6	0.6
Japão	1.7	1.9	1.9	1.7
Brasil	50.8	43.7	47.3	44.7
Rússia	10.4	10.0	12.2	15.3
Índia	11.2	13.0	13.3	12.2
China	6.1	7.5	5.3	5.3
Os EUA	8	8.1	5.1	3.3

Tabela 3.2.2: Lending interest rate (taxa de empréstimo)

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em:
data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LEND

Destaque aqui para a brusca queda na taxa do Reino Unido depois de média de 5% de 2006 a 2008 para 0,6% em 2009. A estabilidade no Japão também merece destaque. O Brasil mostra certa instabilidade, com uma queda de 7% em 2007, alta de 3,5% em 2008 e queda de 2,6% em 2009. A Rússia sofre aumento durante a crise, enquanto a China e a Índia sofrem aumento em 2007 e estabiliza em 2008 e 2009, mas a China sofre queda em 2008 e manteve estável enquanto a Índia não sofre queda em 2008. As informações para os Estados Unidos refletem o comportamento esperado, de alta em 2006 e 2007, decaiu duas seguidas, de 3% e quase 2% em 2008 e 2009 respectivamente.

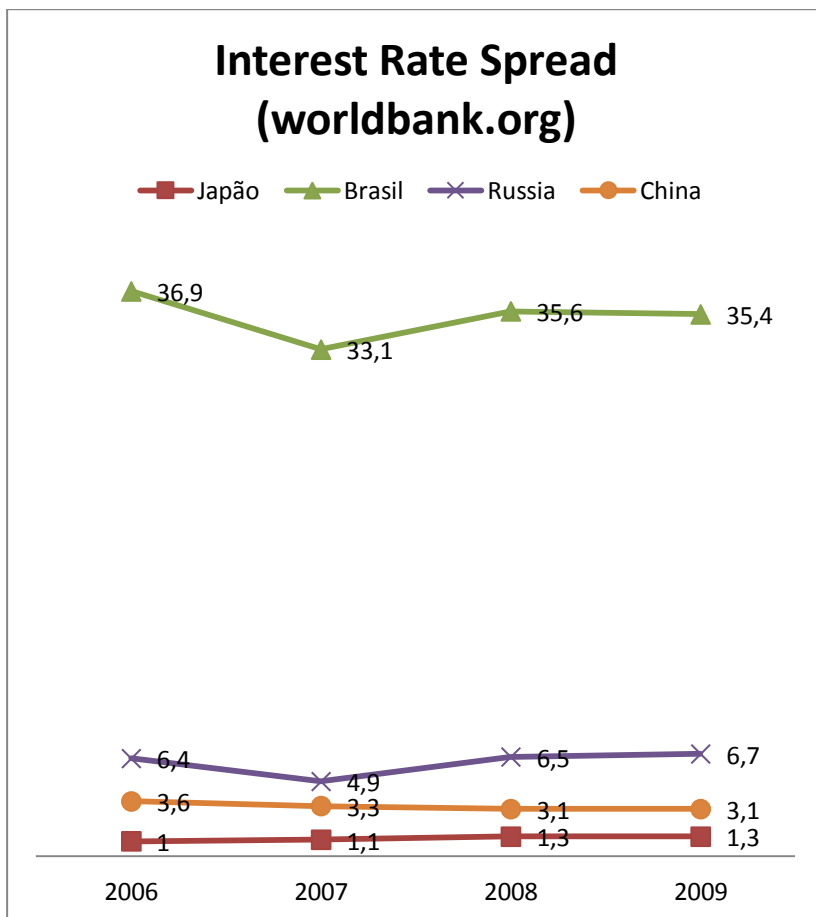


Gráfico 3.2.3 Interest rate *spread* (*Spread* na taxa de juros) é a taxa de juros cobrado pelos bancos aos clientes de menor risco (clientes prime) menos a taxa que bancos pagam em depósitos de contas correntes, de demanda ou de poupança¹⁹

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em data.worldbank.org/indicador/FR.INR.LNDP

¹⁹ Interest rate *spread* is the interest rate charged by banks on loans to prime customers minus the interest rate paid by commercial or similar banks for demand, time, or savings deposits.

	2006	2007	2008	2009
Reino Unido	-/-	-/-	-/-	-/-
Japão	1.0	1.1	1.3	1.3
Brasil	36.9	33.1	35.6	35.4
Rússia	6.4	4.9	6.5	6.7
Índia	-/-	-/-	-/-	-/-
China	3.6	3.3	3.1	3.1
Os EUA	-/-	-/-	-/-	-/-

Tabela 3.2.3; Interest Rate *Spread*

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LNDP

As informações para o Reino Unido, a Índia e os Estados Unidos não estavam disponíveis no site do Banco Mundial. O comportamento de cada país se mostra parecido com os gráficos anteriores, também como a disparidade entre o Brasil e o resto dos países. Pequeno aumento no Japão, pequena queda na China, uma relativa estabilidade na Rússia, mas com uma queda em 2007 (o mesmo comportamento que o Brasil, só que quase 30% mais alta na escala que a Rússia).

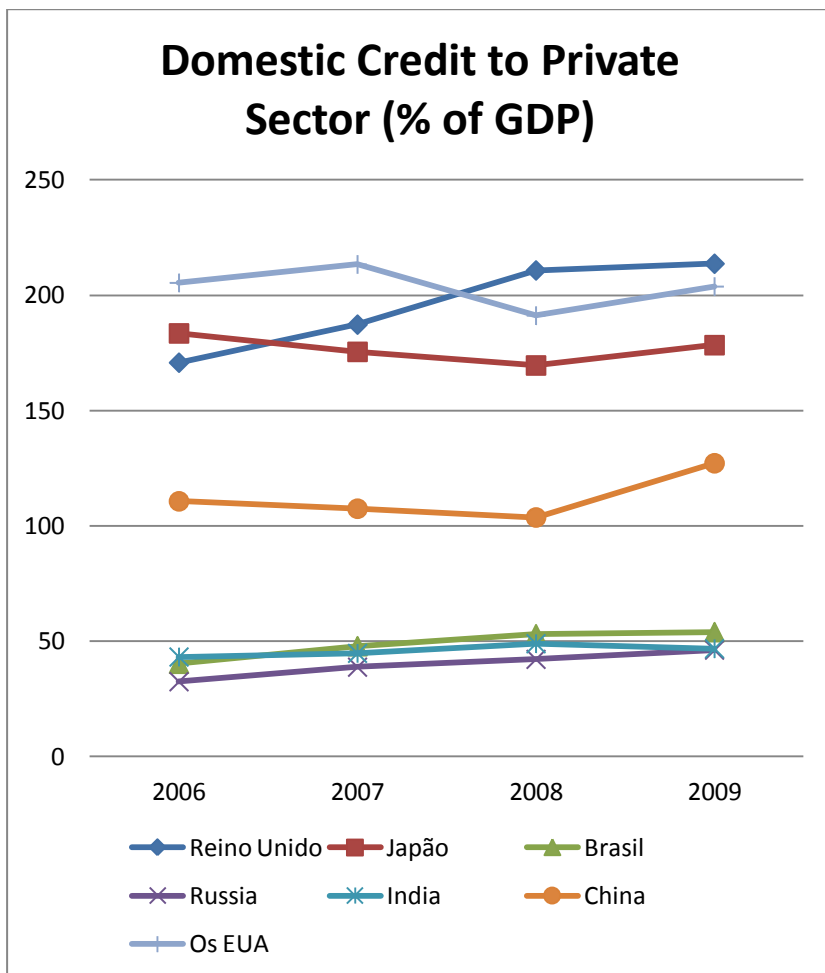


Gráfico 3.2.4 Domestic Credit to Private Sector (Crédito Doméstico fornecido ao setor privado) (% do PIB)

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em <http://data.worldbank.org/indicator/FS.AST.PRVT.GD.ZS/countries>

	2006	2007	2008	2009
Reino Unido	170.8	187.3	210.8	213.7
Japão	183.5	175.5	169.6	178.4
Brasil	40.3	47.9	53.1	54.0
Rússia	32.5	38.8	42.2	46.2
Índia	43.2	44.8	49.0	46.8
China	110.7	107.5	103.7	127.2
Os EUA	205.4	213.4	191.2	203.8

Tabela 3.2.4 Domestic Credit to Private Sector (Crédito Doméstico fornecido ao setor privado) (% do PIB) O crédito interno ao sector privado, refere-se a recursos financeiros para o setor privado, por exemplo, através de empréstimos, títulos de compra que não constituem um equity, e crédito comercial e outros créditos, que criam um direito de reembolso. Para alguns países, esses direitos incluem crédito para empresas públicas²⁰

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados encontrados em

<http://data.worldbank.org/indicador/FS.AST.PRVT.GD.ZS/countries>

O crédito providenciado ao setor privado mostra a disparidade entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento escolhidos (os ‘BRIC’). Destacamos que a China está mais perto dos desenvolvidos. Aqui é necessário ter cuidado com estes dados, pois ao calcular-los, o banco mundial não necessariamente usa o mesmo critério para avaliar estes números, comparado com os critérios usados pela FEBRABAN por exemplo, ou mesmo os dados fornecidos ou coletados para cada país não reflete a realidade real de cada país. Em cada tabela que o banco mundial usa os “deflador” do PIB, que leva em consideração a inflação e o PIB para calcular

²⁰ Domestic credit to private sector (% of GDP) International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files, and World Bank and OECD GDP estimates. Domestic credit to private sector refers to financial resources provided to the private sector, such as through loans, purchases of nonequity securities, and trade credits and other accounts receivable, that establish a claim for repayment. For some countries these claims include credit to public enterprises.

a taxa de juros (veja tabelas e gráficos 2.1, 2.2 por exemplo). Para ter uma idéia mais clara, comparando os dados do banco mundial dos anos 2006 à 2009 com aqueles publicados pela FEBRABAN, veremos que há discrepância significativa. Os anos de 2006 a 2009 seguindo os dados do banco mundial, o Brasil tem 40,3% do PIB oferecido em crédito, 2007 é de 47,9%, 2008 é de 53,1% e 2009 de 54%. Estes números são diferentes comparados com aqueles da FEBRABAN. Precisamos considerar estas discrepâncias, mas os dados do banco mundial devem ser considerados válidos. Agora é importante ver o Brasil com mais atenção à disponibilidade de crédito. O Brasil seguindo FEBRABAN nos últimos 10 anos o crescimento de crédito no mercado teve aumento significativo

Data	Recursos Livres	Recursos Direcionados	Total
dez/01	17	8,9	25,8
dez/02	16,3	9,8	26
dez/03	15	9,6	24,6
dez/04	16,4	9,3	25,7
dez/05	18,8	9,5	28,3
dez/06	21	9,9	30,9
dez/07	24,8	10,3	35,2
dez/08	28,7	11,7	40,5
dez/09	29,5	14,2	43,7
dez/10	29,6	15,6	45,2
dez/11	31,6	17,5	49,1

Tabela 3.2.5: Operações de crédito do sistema financeiro Saldo como Percentual do PIB (%) (Estimativas do BACEN, a partir de dados do IBGE, com base no IGP-DI centrado)

Fonte: BACEN. ²¹

²¹ Dados disponível no

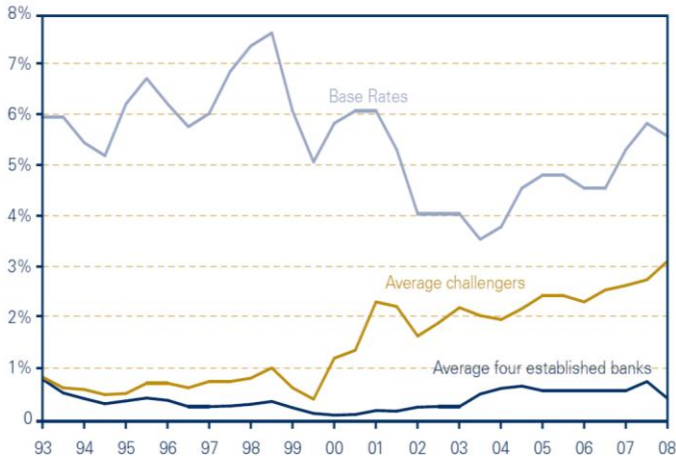
http://www.febraban.org.br/bd/FRProjetos.asp?id_grupo=760&id_item=16&id_pastaMA=8&id_assuntoMA=31%20&id_assuntoME=0&id_assunto=31

Capítulo IV Comparando as Contas Correntes

4.1 A Inglaterra e a conta *free-if-in-credit*

É importante destacar aqui que o sistema bancário inglês é incomum na sua composição, oferecendo a conta corrente gratuitamente enquanto o cliente tem saldo positivo. O sistema *free-if-in-credit* deixa de lado os custos de manutenção e com taxas bancárias minimizadas. Movimentações bancárias não são cobradas. Então, se o cliente tem saldo, a conta é gratuita. Também oferece um pequeno ganho, ou rendimento, em cima do saldo positivo (no gráfico 4.1.1 *Credit interest rate*, aparece em comparação ao *Base Rate*), tornando mais atrativo para o usuário utilizar sua conta corrente. O Office Of Fair Trading, que seria parecido com o PROCON, mostra isso no seu relatório anual de 2008.

É importante também destacar a lógica bancária brasileira antes de continuar. No Brasil, as taxas de manutenção e os impostos em cima de transações bancárias encarecem muito a vida dos correntistas, o que também acontece na Europa.



Source: OFT analysis of Moneyfacts data

Gráfico 4.1.1: Credit Interest Rate Janeiro 1993 à Janeiro 2008

Fonte: (OFT, 2008:39)

Este gráfico mostra o rendimento da conta corrente quando tem saldo positivo. O *Base Rate* é a taxa de juros básico do país, equivalente ao SELIC, *Average Challengers* representam a média dos maiores concorrentes, *Average four established banks* seria a média dos 4 maiores bancos. (OFT, 2008:39)

Se observarmos os quatro bancos mais estabelecidos, a média não passa de 1%. Os principais concorrentes oferecem mais para levar os clientes a mudar de banco. A partir do ano 2000, a média ficou acima de 1% (veja gráfico). Se lembrarmos que a poupança no Brasil não chega a 1% ao mês (aproximadamente 0,5%), então os consumidores ingleses têm mais incentivo para deixar dinheiro no banco.

É também importante ressaltar que as taxas do cheque especial nos bancos da Inglaterra podem ser preestabelecidas ou não. O relatório mostra essas diferenças.

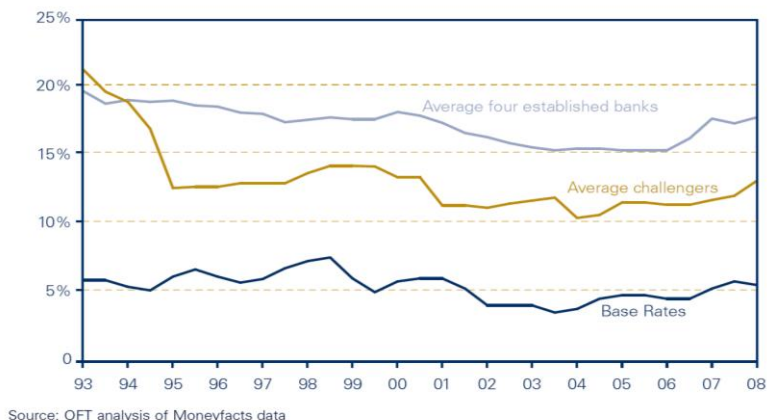
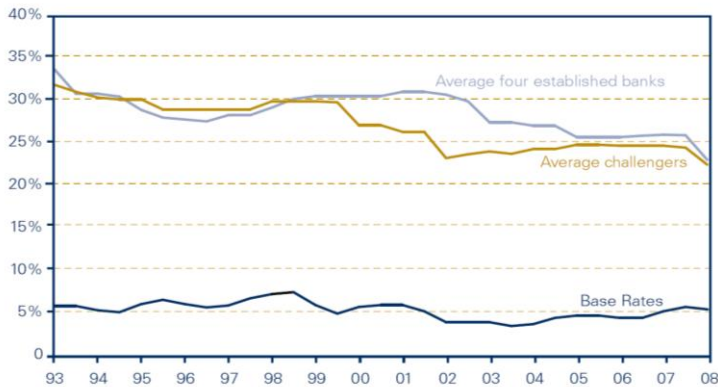


Gráfico 4.1.2 Arranged *Overdraft* Rates (Cheque Especial com taxa preestabelecida)
Fonte: (OFT, 2008: 41)

Este gráfico mostra o preço do cheque especial novamente comparando a média dos quatro bancos estabelecidos, os principais concorrentes e o nível base. Agora, vamos ver a se há diferença significativa quando a taxa não é preestabelecida.



Source: OFT analysis of Moneyfacts data

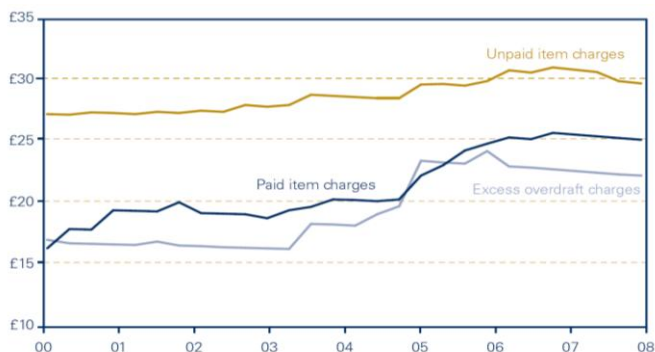
Gráfico 4.1.3 Unarranged *Overdraft* Rate (Cheque especial não preestabelecido)
Fonte: (OFT, 2008:43)

O preço do cheque especial em uma conta corrente normal com o *overdraft* não preestabelecido, mostrando de novo, a média dos quatro (maiores) bancos estabelecidos, os concorrentes e o nível base.

É fácil perceber que as médias, quando o *overdraft* não é preestabelecido, são maiores que quando há um valor predeterminado. Mas vale lembrar que o gráfico do PROCON coloca a média do cheque especial no Brasil acima do patamar de 180%, o que seria quatro vezes maior do que as mais caras do sistema inglês.

O relatório anual do *Office Of Fair Trading* destaca logo em seguida o *insufficient funds charges* (cobrança de saldo insuficiente), onde os bancos tiram uma boa fatia do lucro dos consumidores. Quando o cliente tenta realizar uma operação bancária com saldo insuficiente, ele é cobrado, ou melhor, multado, e essas multas consomem até 31% do rendimento médio derivado das contas correntes (OFT,2008). É importante destacar que o banco

cobra, como o cheque especial, enquanto o saldo da conta corrente entra no negativo, e também, cada vez que o consumidor tenta realizar uma transação sem saldo suficiente. O relatório destaca ainda que as cobranças quando o cliente está no cheque especial são muitas vezes desconhecidas e podem pegar o correntista de surpresa.



Source: OFT analysis of responses to OFT questionnaire by seven main account providers and ONS data. Each line is the average of the charges applied by the seven largest banks, where relevant, and adjusted for inflation (CPI, 2000 prices)

Gráfico 4.1.4 Cobranças quando não há saldo suficiente para fazer uma compra
Fonte: (OFT, 2008:44)

Estes dados foram ajustados considerando inflação, conforme a legenda debaixo do gráfico. É importante destacar que, na Inglaterra, os bancos lucram muito com isso e clientes reclamam muito sobre isso, conforme o relatório do OFT.

Se lembrarmos da dívida imaginária de mil reais, deveríamos somente $19,53\% \times R\$1000,00 = R\$1195,30$. Considerando o que diz o relatório do OFT, um *overdraft* não preestabelecido passou de 20% até 2008. Temos que levar em consideração essas diferenças quando pensamos nas contas correntes na Inglaterra. Também mencionadas no relatório estão às taxas de fundos insuficientes. Seria difícil calcular quanto um indivíduo pagaria em tais taxas, pois dependeria de quantas transações faria

nessas condições. A dívida imaginária é de R\$1000,00 por um ano, sem considerar mais movimentações bancárias. Portanto, o custo que vimos não pode ser levado ao pé da letra, pois existem diferenças entre o que é publicado pelos bancos e quanto um indivíduo realmente paga, incluindo taxas e multas escondidas.

O *Overdraft* em 2010

A média anual do *overdraft* em 2010 foi de 19,5%. No Brasil, de 180% mais as taxas embutidas. Para reiterar, no Brasil, uma dívida adquirida em janeiro de 2010 de R\$ 1000,00 seria de R\$ 2800,00 um ano depois, enquanto, na Inglaterra, seria de R\$ 1195,30.

Bank	EAR (%) ²²
Lloyds TSB	19,3
Barclays	19,3
Natwest	19,89
RBS	19,89
Nationwide	18,9
HSBC	19,9
Average	19,53

Tabela 4.1.1 O *Overdraft* nos principais bancos ingleses.

Fonte: Elaboração própria www.chose.net/compare-current-accounts (elaborado em 2010, então não está mais disponível no site)

²² A sigla AER (annual equivalent rate) é usado para expressar a taxa de juros para conta poupança e EAR (equivalent annual rate) para expressar a taxa para o *overdraft*

4.2 A conta corrente no Brasil

No Brasil, o sistema bancaria se baseia em taxas de manutenção e em movimentos bancarias. Essa realidade não é exclusiva ao Brasil, pois se repete em varias países. A realidade que conhecia, como dissemos, era uma coisa anormal. Mas no Brasil as taxas que pagamos são, no geral, maiores. O cheque especial supera qualquer outro país no G20, seguindo o ranking do Banco Mundial (que por vez coletou os dados do FMI, disponível no site <http://data.worldbank.org/indicador/FR.INR.LNDP>). O Brasil só perde para Zimbábue no ranking do maior *spread* bancaria do mundo. Destaque também para Paraguai e Peru que tem taxas de 23,2% e 19,6% respectivamente entre 2006 e 2009, o Malauí e o Haiti tem 21,65% e 16,9% no mesmo período. Zimbábue só tem a informação de 2006 e 2007 aonde o *spread* chega a 29,3% em 2006 e 457,5% em 2007.

Voltando ao modelo bancário brasileiro, os incentivos para os bancos estrangeiros a entrar no mercado brasileiro são atraentes demais para ignorar. Mas essa agregação de mais bancos pode beneficiar o consumidor brasileiro somente se haver concorrência entre eles. Para que as taxas bancárias caiam, de manutenção de transação e do cheque especial, os bancos precisam concorrer mais para ganhar clientela.

A conta corrente renumerada e o resgate automático.

Não podemos afirmar que no Brasil não existe recompensa em deixar seu dinheiro no banco sem falar na conta corrente remunerada. Para explicar de maneira mais simples possível, a conta corrente renumerada funciona como uma poupança aonde o cliente deposita seu dinheiro na sua conta aonde vai ganhar o rendimento da poupança. Quando o cliente faz uma compra ou desconta um cheque da sua conta,

o dinheiro é retirado da poupança automaticamente. Mas lembramos que esse tipo de conta tem que ser preestabelecida antes de ser ativado, ou seja, o cliente tem que solicitar.

Tarifas Bancárias no Brasil

Para este trabalho a utilização de dados oriundos dos órgãos regulatórios independentes, o PROCON no Brasil e o Office of Fair Trading na Inglaterra, serão muito úteis para nosso levantamento. Vimos agora às contas correntes na Inglaterra através de dados do Office of Fair trading (que seria um equivalente ao PROCON do Brasil), que alerta os consumidores ingleses dos possíveis perigos de ter uma conta corrente em dívida (o *overdraft*) quando não solicita uma (o perigo do *unarranged overdraft*). Também vimos que na Inglaterra, uma conta corrente com saldo positivo não custa ao cliente mensalmente (taxa de manutenção, taxa de movimentos, por exemplo). Agora podemos ver através de dados do PROCON, as taxas ou tarifas mensais cobrados pelos bancos. Os dados são agregados, para não destacar um banco por ser mais caro ou mais barato que os outros.

Valor médio das tarifas avulsas pesquisadas em 2007 e 2008

- Renovação do cadastro pessoa física – c/c especial – anual: Em 01/02/07 o valor médio desta tarifa era de R\$ 19,00 e em 01/02/08 era de R\$ 19,98. Acréscimo de 5,16%.

- Manutenção da conta corrente ativa – c/c especial- mensal: Em 01/02/07 o valor médio desta tarifa era de R\$ 8,13 e em 01/02/08 era de R\$ 8,68. Acréscimo de 6,77%.

- Renovação do cheque especial – trimestral: Em 01/02/07 o valor médio desta tarifa era de R\$ 21,19 e em 01/02/08 era de R\$ 21,94. Acréscimo de 3,54%.

- Envio de talões de cheques via correio – remessa domiciliar (por remessa): Em 01/02/07 o valor médio desta tarifa era de R\$ 5,31 e em 01/02/08 era de R\$ 5,45. Acréscimo de 2,64%.

- Manutenção do cartão magnético (função débito – c/c esp.) – mensal: Em 01/02/07 o valor médio desta tarifa era de R\$ 3,81 e em 01/02/08 era de R\$ 3,60. Decréscimo de 5,51%.

Fonte: <http://www.procon.sp.gov.br/noticia.asp?id=768>

Comparação do endividamento no Brasil e na Inglaterra

Instituição	País	Juro real (em %)
HSBC	Reino Unido	6,60
	Brasil	63,42
Santander	Espanha	10,81
	Brasil	55,74
Citibank	E.U.A	7,28
	Brasil	60,84
Banco do Brasil	Brasil	25,05
Itaú	Brasil	63,25

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições bancárias para os juros e OCDE e BCB para inflação nos países selecionados e no Brasil

* Juros adicionados aos serviços administrativos, riscos de inadimplência, margem de lucro e tributação.

Tabela 4.2.1 Taxa anual real de juros total* sobre empréstimos pessoais em instituições bancárias em países selecionados na primeira semana de abril de 2009

Fonte: (IPEA, 2008:23)

Instituição	País	Juro real (em %)
HSBC	Reino-Unido	7,86
	Brasil	40,36
Santander	Espanha	3,80
	Brasil	15,58
Citibank	E.U.A	nd
	Brasil	17,50
Banco do Brasil	Brasil	19,46
Itaú	Brasil	27,42

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições bancárias para os juros e OCDE e BCB para inflação nos países selecionados e no Brasil

* Juros adicionados aos serviços administrativos, margem de lucro e tributação.

Tabela 4.2.2 Taxa anual real de juros total* pré-fixada sobre capital de giro de empresas em instituições bancárias segundo países selecionados.

Fonte: (IPEA:24)

O Cheque Especial em 2010

Data	Taxa Média Mensal Cheque Especial (% ao ano)	Taxa Média Mensal Empréstimo Pessoal (% ao ano)	SELIC (% ao ano)
11/01/2010	174,74	83,06	8,75
02/02/2010	174,74	83,06	8,75
02/03/2010	174,74	83,13	8,75
01/04/2010	174,74	83,06	8,75
04/05/2010	175,96	83,88	9,5
02/06/2010	178,15	85,31	9,5
05/07/2010	183,13	88,37	10,25
03/08/2010	184,34	88,9	10,75
02/09/2010	184,47	86,81	10,75
15/10/2010	184,65	86,81	10,75
05/11/2010	185,9	86,84	10,75
03/12/2010	185,9	85,27	10,75

Tabela 4.2.3 A taxa de juros no cheque especial em 2010

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponível em;
www.procon.sp.gov.br/pdf/RTTXJURAnual2010.pdf

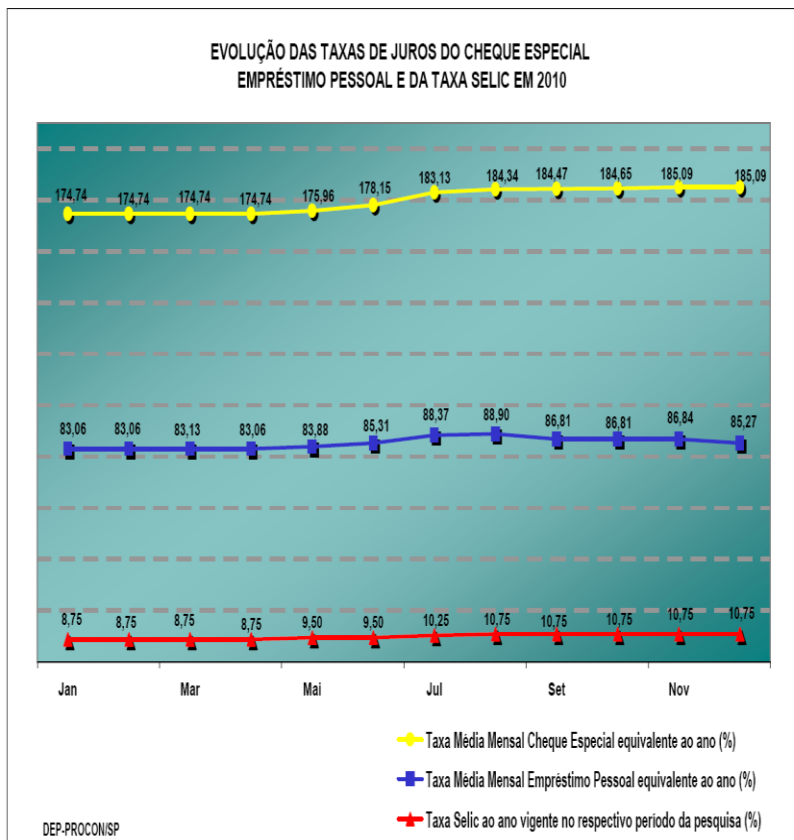


Gráfico 4.2.1 A taxa de juros no cheque especial em 2010
www.procon.sp.gov.br/pdf/RTXJURAnual2010.pdf

A média anual para um empréstimo no cheque especial é de aproximadamente 180%. Então, se pegarmos emprestados R\$ 1000,00, um ano depois estaremos devendo R\$ 2800,00. Na realidade, estaremos devendo mais, devido à taxa da manutenção da conta, que é de aproximadamente R\$ 6,00 mensais, ou seja, R\$ 72,00 ao ano.

Se deixarmos R\$ 1000,00 em uma conta corrente aqui no Brasil, mesmo sem mexer no dinheiro, após um ano o saldo será menor que o inicial. Na Inglaterra, teria mais. Mesmo a poupança com essa quantidade de dinheiro rende menos que a conta corrente de lá. Por que, então, deve-se colocar dinheiro no banco? Só pela facilidade de sacar em qualquer lugar e evitar furtos?

4.3 O Cheque Especial, a Taxa SELIC e seus equivalentes na Inglaterra

A partir dos dados disponíveis no site do Banco Central, é importante destacar que a média de 2010 (164,27% a.a.) não corresponde à taxa do cheque especial, segundo as informações do artigo do PROCON (gráfico 3.13 e tabela 3.15), que correspondem a 185% a.a., em média para 2010. Isto se deve as taxas de manutenção e juros implícitas e explícitas

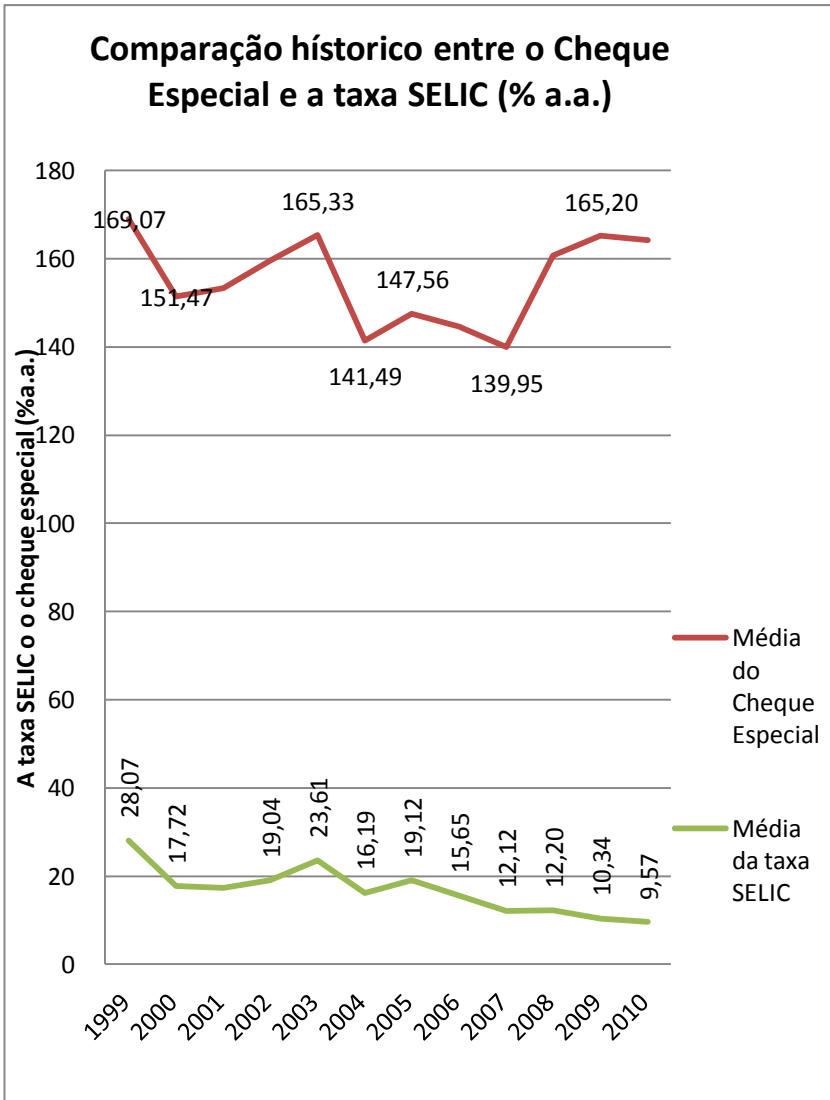


Gráfico 4.3.1 Comparação histórica entre o Cheque Especial e a taxa SELIC (% a.a.)

Fonte: Elaboração própria feito com dados do www.bcb.gov.br, tabela disponível no anexo

As tendências vistas na taxa SELIC de 1999 até 2007 são refletidas no cheque especial. Mas, a partir de 2007, enquanto a taxa SELIC entrou em queda, o cheque especial passou a ficar em alta. Observamos que, de 1999 para 2000, houve uma queda nas duas médias. O auge foi em 2003, no começo do governo Lula, quando houve alta no Risco Brasil. De 2007 em diante, as tendências das duas médias não seguem a mesma tendência.

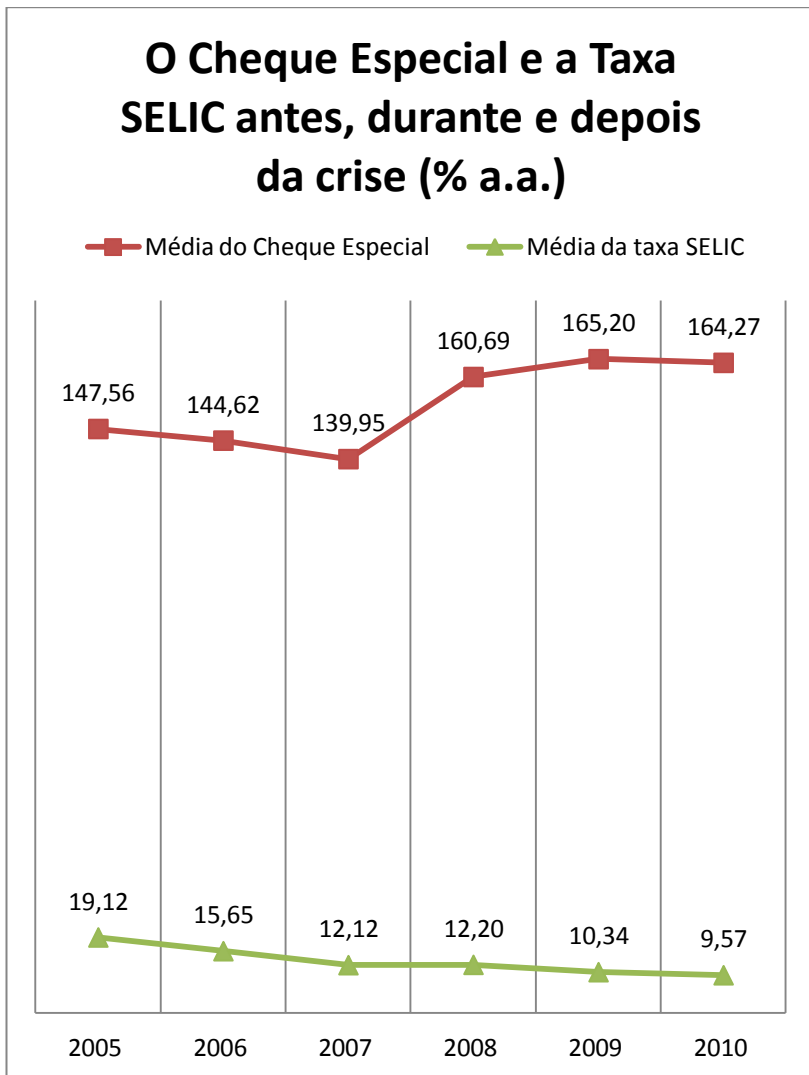


Gráfico 4.3.2 O Cheque Especial e a Taxa SELIC antes, durante e depois da crise de 2007/08

Fonte: Elaboração própria feito com dados do www.bcb.gov.br, tabela disponível no anexo

Quando analisamos os últimos cinco anos, podemos ver com mais clareza o aumento do cheque em 2007, que contraria o comportamento da SELIC até 2010.

Comparação direta entre o *Base Rate* e a taxa SELIC, e seus comportamentos antes, durante e depois da crise de 2007/08

A crise e o comportamento das taxas

O comportamento dos consumidores na Inglaterra e nos Estados Unidos, devido a estímulos desses dois governos, na primeira década do século XXI, emprestando dinheiro e usando a hipoteca como colateral, foi uma das principais causas da crise recente. Com um mercado imobiliário aquecido, os valores das propriedades aumentaram, mas de maneira inflacionada, isto é, que não seguia a lógica dos próprios mercados. Os governos liberaram mais desses empréstimos mesmo para clientes de possível risco (os chamados *Sub-prime mortgages*²³). Foi quando os americanos que refinanciaram suas casas e não conseguiam pagar os bancos, tiveram que devolver as propriedades. Isso aconteceu em grande escala, pois não houve cautela na hora de emprestar para consumidores de risco. Então, bancos de costa a costa dos Estados Unidos se tornaram os donos das propriedades, mas sem pessoas com dinheiro para comprá-las. Assim, os preços despencaram e os bancos tiveram um prejuízo catastrófico. Isso desencadeou uma série de falências de pequenos e médios bancos, que eventualmente chegou aos grandes bancos. David Harvey, em seu livro “O Novo Imperialismo”, publicado em 2003, já alertava sobre risco de crises futuras devido às políticas de empréstimos, que foi citado no começo deste trabalho.

O dinheiro que os bancos arrecadaram com as hipotecas *sub-prime* não tinha sido ganhado pelos consumidores, mas eles já o tinham gastado. A

²³(que se traduza para maior risco, ou abaixo de um empréstimo seguro)

eventual crise e os fundos que resgataram as grandes empresas custaram aos cofres públicos estadunidenses mais de um trilhão de dólares.

Depois do segundo mandato de George W Bush na Casa Branca, os efeitos de duas guerras e a fraca fiscalização monetária do Tesouro americano vieram à tona e causaram a subsequente crise americana. Ainda no primeiro mandato do George W Bush, no âmbito corporativo, empresas como Enron, Worldcom e Dyncorp, entre outras, publicaram balanços de pagamento nada contundentes com a realidade que existia. Executivos dessas empresas embolsaram milhões de dólares e venderam suas ações (então em alta) antes do colapso e falência das empresas.

Essa ilusão de prosperidade que existia só acentuou a eventual queda. Quando os bancos insistiram em cobrar as dívidas, os consumidores não tinham como pagá-las. Isso aconteceu em escala nacional, e Fanny May e Freddie Mac, os principais bancos imobiliários, tiveram que declarar falência. O pico da crise foi em setembro de 2008²⁴, com a falência da empresa financeira Lehman Brothers, e a necessidade de resgatar a empresa AIG.²⁵ Um dos maiores problemas, também destacado por Goodhart em seu artigo, é a sub-capitalização dos bancos, ou seja, a não liquidez para reembolsar os clientes. Assim, houve fusões estimuladas pelos governos nos países anglo-saxões e até a compra de alguns bancos, como o Lloyds Banking Group. O autor destaca:

“Assim, os bancos e muitos intermediários de finanças associados, como seguradoras, se tornaram maçicamente sub-capitalizados. Eventualmente

24the whole process came to a cataclysmic halt in September 2008 with the bankruptcy of Lehman Brothers and the rescue of AIG. (BIS Papers 52 pg. 311)

25Para uma explicação mais profunda da crise, principalmente em crítica ao modelo anglo-saxão, ver a partir da página 310 do BIS Papers numero 52

o estado tinha que intervir, usando fundos de contribuintes numa escala gigantesca. A alternativa seria colapso financeiro total, como a falência antecipada do Lehman Brothers. Parcialmente, para limitar o peso, as autoridades também buscaram encorajar e talvez até pressionar os bancos maiores e melhor capitalizados a absorver suas colegas entrando na falência, frequentemente abrindo mão das regulações anti-monopólio e de cartéis, como no caso de Lloyds e Halifax/Bank of Scotland (LBG e RBS, ver acima bancos na Inglaterra) no Reino Unido. O resultado tem sido a concentração dos sistemas bancários nos países anglo-saxões para um pequeno número de empreendimentos de larga influência que são, provavelmente, grandes demais para funcionar eficientemente e, certamente, grandes demais para fechar.”(BIS 52, 2009: 311)

Quando Barack Obama entrou na Casa Branca, o país estava mergulhado em uma crise de estrutura financeira, que atingiu quase todos os mercados. Os grandes montadores de carros, também sofredores de problemas estruturais, não conseguiam mais pagar os salários e previdências aos ex-funcionários. O *bail-out*²⁶ trilionário foi destinado para injetar mais dinheiro (e confiança) na economia e para salvar os bancos e as montadoras da falência garantida. O mundo logo em seguida sentiu o impacto da crise americana, principalmente a zona do euro. O então presidente Lula insistia que a crise chegaria ao Brasil como “marolinha”.

A crise mundial realmente não chegou ao Brasil com a mesma força que atingiu os países desenvolvidos, mas chegou mesmo assim. A crise continua até hoje (2011). Seus efeitos ainda afligem americanos e europeus, que influenciam o mundo. Nos BRIC, em geral, a crise não chegou com a mesma força, mas diminuiu o crescimento de todos. No caso do Brasil, cuja economia depende mais de

²⁶ Literalmente pagar fiança para livrar alguém preso, o *bail-out* refere ao resgate de empresas privados pelo setor público. Um exemplo recente seria o resgate do General Motors nos Estados Unidos.

commodities, a crise foi sentida na supervalorização do dólar.

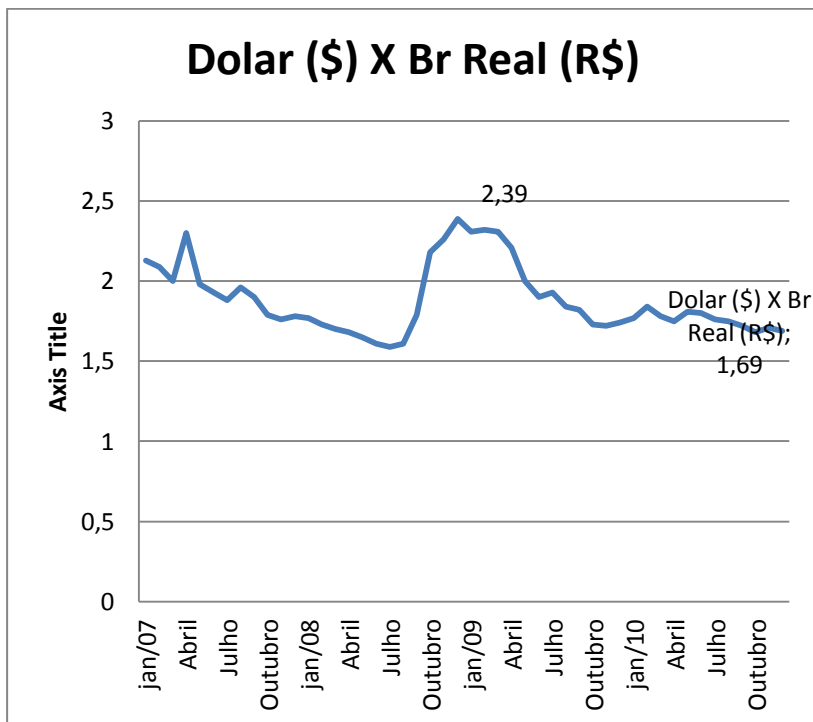


Gráfico 4.3.3 “O preço” do dólar antes, durante, e pós crise de 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponível no <http://www.x-rates.com>

O dólar subiu do patamar de mais ou menos R\$ 1,60 em julho para R\$ 2,50, quando o Banco Central determinou medidas de controle do teto. No dia 5 de dezembro de 2008, o dólar chegou a R\$ 2,61. Ao

inundar o mercado de dólares, vindos de reservas do Tesouro Nacional, o Banco Central aumentou a oferta e baixou o preço.

O impacto da crise de 2008 foi sentido de maneira bem diferente nos países em questão. O chamado *credit crunch*²⁷ foi sentido nos dois, mas, no Brasil, contribuíram para a instabilidade a baixa quantia de crédito e as opções disponíveis (redução de compulsórios e aumento do direito ao crédito dos bancos publicamente controlados pelas autoridades brasileiras). A economia inglesa, assim como dos Estados Unidos e de países da Europa Ocidental, se encontra hoje em uma situação de baixo crédito disponível. Os bancos privados, com medo de mais perdas ou com falta de dinheiro para emprestar, reduziram o nível de crédito nas suas economias. Para impactar o consumo e a inflação, aumenta-se ou diminui-se os juros. Uma elevação leva os cidadãos a poupar, devido ao rendimento maior, e uma queda estimula a retirada do dinheiro para investir em algo, por causa do baixo rendimento. Quando você empresta dinheiro do banco, paga um dinheiro extra, pois o banco poderia ter investido esse dinheiro em outro lugar. Quando coloca dinheiro na conta, o banco investe em outro lugar e retorna uma parte do lucro.

No Brasil, a taxa é irregularmente alta. Na Inglaterra, é historicamente estável de aproximadamente 4 a 5%. Para o *Bank of England* contornar a crise foi necessário abaixar a taxa *Base Rate* para um nível histórico. É importante destacar que o *Base Rate* relativamente alto é reflexo do tipo de economia da Inglaterra. Com poucos recursos para exportar, consequência do consumo e da demanda internos, além da falta de certas *commodities*, o *Bank of England* sempre precisou manter o preço da libra

²⁷ Uma situação aonde existe uma escassez de crédito e uma elevação no seu preço, e quando os credores exigem pagamento dos seus empréstimos.

esterlina mais elevada. A partir dos anos 1990, podemos ver que a taxa se estabilizou abaixo de 10%.

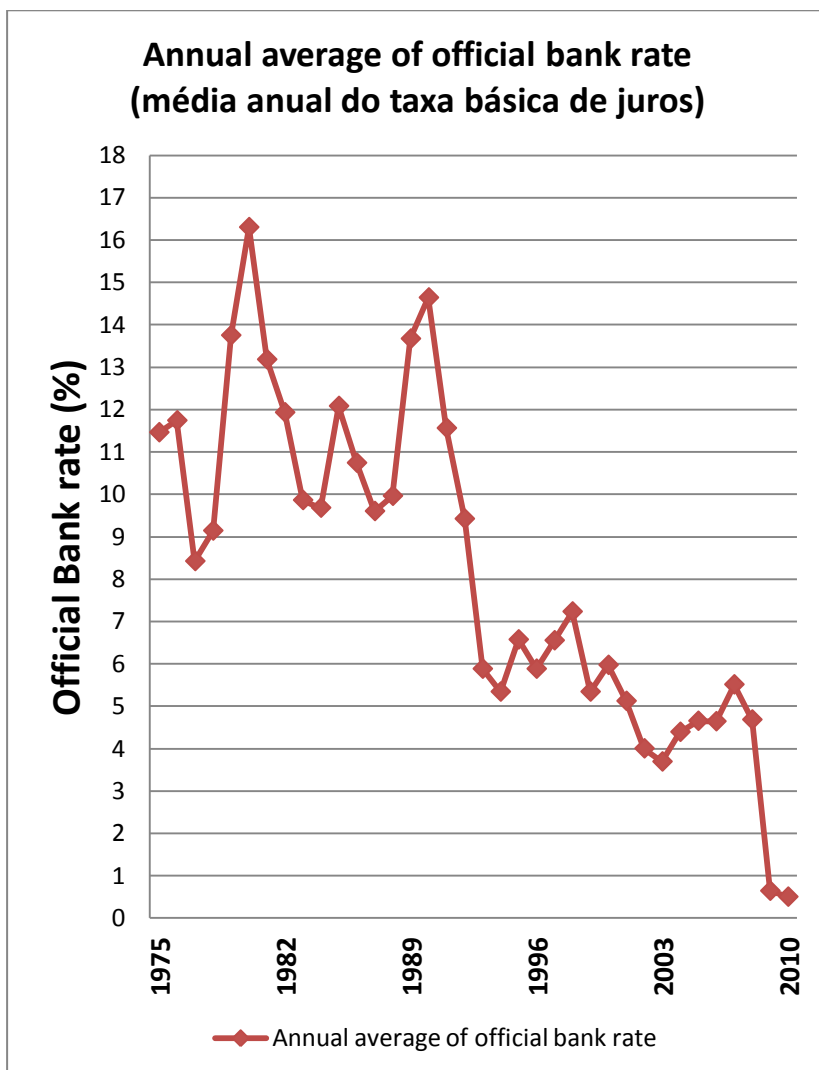


Gráfico 4.3.4 Annual average of official bank rate (média anual da taxa básica de juros)

Fonte: Elaboração própria criado a partir de dados coletados no www.bankofengland.co.uk.

Podemos ressaltar ainda que a taxa de juros nunca se encontrasse abaixo de 3,5%, e uma tendência de queda pode ser percebida. Com a crise, a baixa foi anormal. É mais fácil perceber a variação anual analisando-se os últimos dez anos. A análise dos últimos dez anos será apresentada no gráfico 3.27. Agora é importante ver a taxa SELIC, e depois, uma comparação histórica das taxas em questão.

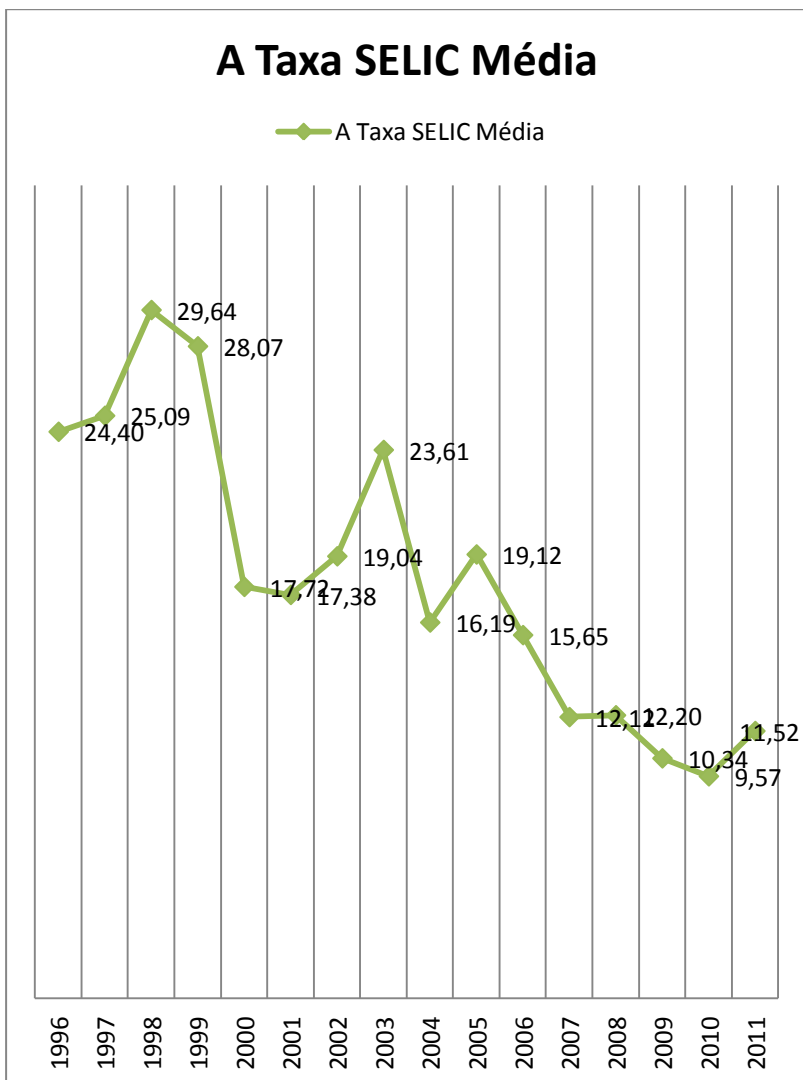


Gráfico 4.3.5 A Taxa SELIC Média

Fonte: Elaboração própria criado a partir de dados coletados do banco central do Brasil bcbr.com.br. A média de 2011 é referente Janeiro ao Junho

Os dados disponíveis no site do banco central começam a partir de 1996, então a comparação dos anos de 1975 até 1996 não pode ser feito. Mas a comparação a partir de 1996 mostra uma boa quantidade de tempo para nossa análise. Neste gráfico podemos destacar dois pontos de alta (de 1997 até 1999 e de 2003). A tendência geral mostra uma queda ao longo do tempo, com estes dois pontos de alta. A partir de 2005 a queda é constante até 2010. Os efeitos da crise no comportamento do SELIC e o *Base Rate* não são iguais, que podemos ver com mais clareza nos gráficos 3.26, 3.27 e 3.28.



Gráfico 4.3.6 Uma comparação histórica das taxas de juros

Fonte: Elaboração própria, criado a partir dos dados dos bancos centrais do Brasil e da Inglaterra

Neste gráfico, o comportamento da SELIC que vimos nos dados anteriores parece mais acentuado, principalmente os dois pontos de alta. Também de principal interesse, o efeito da crise. Como mencionamos, o comportamento dos dois países se difere para enfrentar a crise. Se observarmos o comportamento de cada taxa entre 2005 e 2007, a SELIC estava em baixa, enquanto o *Base Rate* sofria um aumento. O que aconteceu depois da crise também é diferente em cada país.



Gráfico 4.3.7 Comparação da taxa SELIC e o *Base Rate*

Fonte: Elaboração própria, criado a partir dos dados dos bancos centrais do Brasil e da Inglaterra. A média de 2011 é referente Janeiro ao Junho

A queda na taxa de juros entre 2008 e 2009 é brutal no caso do *Base Rate* e menos acentuada no caso da taxa SELIC. Uma queda de quase 2% não seria pouco acentuada para o *Base Rate*, é importante destacar que as mudanças antes da crise de 2006 não chegam a ser muito maiores que 1% até 2006 para 2007 aonde a alta é de quase 1%. A queda no ano seguinte volta o *Base Rate* para aonde estava em 2006, mas um ano depois a queda é de 4%. No caso do Brasil, podemos ver que as mudanças de ano em ano são mais drásticos quando comparamos os números. De 2002 para 2003 o aumento foi de 4,6% seguido por uma queda em 2004 de 6,7%. Os ‘pulos’ da taxa SELIC são mais acentuadas que pode ser mais facilmente visto no gráfico anterior (gráfico 4.3.6)

É fácil observar a diferença no impacto da crise de 2008. Lembramos que na Inglaterra havia uma queda histórica, pela primeira vez abaixo de 3%, e chegou a menos que 1%. No Brasil a crise trouxe uma alta na taxa SELIC. Isto é devido à intenção de controlar a inflação. Como dissemos antes, no Brasil, o governo estimulou o consumo para não perder momentum em crescimento, e a alta na taxa SELIC foi feito para controlar o consumo. Mas em 2009, quando a possibilidade de sofrer a crise, a taxa SELIC também sofreu uma queda. A diferença, além do grau de queda, é que na Inglaterra, o *Bank of England* antecipou essa redução, e no Brasil, o Banco Central reduziu mais tarde, quando é necessário para não deixar a inflação saísse de controle.

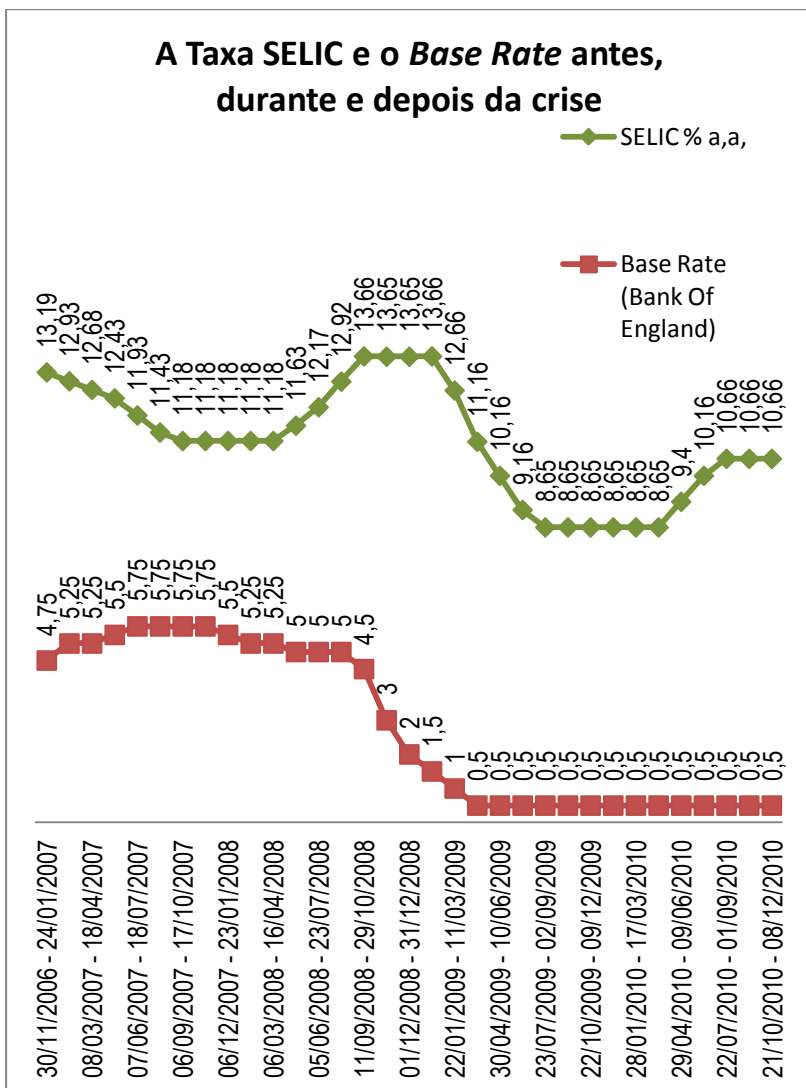


Gráfico 4.38 Comparação entre a taxa SELIC (bcb.com.br) e o *Base Rate* (bankofengland.co.uk)

Fonte: Elaboração própria, criado a partir dos dados dos bancos centrais do Brasil e da Inglaterra

Quando comparamos as taxas de juros dos dois países simultaneamente, observamos que a partir de 2007, o *Base Rate* entra em queda após uma subida gradual (que começou em 2003). A SELIC se encontrava em queda que manteve durante o começo de 2008. Contrário da Inglaterra, o Banco Central do Brasil aumentou a taxa SELIC para 13,66% a.a., que se permaneceu até fevereiro de 2009. A partir de outubro, o *Base Rate* passou por queda drásticas sucessivas durante o período. É também importante destacar que a partir de Junho de 2010, a SELIC aumentou novamente, enquanto o *Base Rate* se manteve em nível historicamente baixo. Apesar da inflação que ronda a economia britânica, a fragilidade da economia não permite que o *Bank of England* aumente o *Base Rate* para que possa contornar as dificuldades. No Brasil, a crise realmente não atingiu com a mesma potência, como falamos antes, por ter uma economia com o percentual do crédito em relação ao PIB relativamente baixo (menos que 100%) do PIB (ver gráfico 3.2.5).

Conclusão e Considerações Finais

A proposta original deste trabalho visava comparar situações distintas em dois países, especialmente em relação ao cheque especial e o *overdraft*. A verdade é que o preço do cheque especial media é absurdamente alto. O 8% ao mês de media dos bancos em contas correntes é alto mesmo, mas 185% por um ano é exploração. Sua dívida mais que duplica, quase triplica em um ano. Isto deve 'dissuadir' os consumidores de adquirir dívidas no cheque especial. É possível renegociar a dívida com seu próprio banco, aonde crédito mais barato existe dentro da própria instituição. Para o Brasil, a distribuição de renda e a disparidade entre rico e pobre criam obstáculos reais para o crescimento ou desenvolvimento do país; será que bancos tentando maximizar seus lucros e criando crescimento econômico é sinônimo com desenvolvimento econômico? Será uma linha de crédito mais favorável ao banco sempre será o objetivo deles. Vimos no relatório do *Office of Fair Trading* que os bancos no Reino Unido oferecem dois tipos de *overdraft*, mas somente quando solicitados, os bancos de lá também cobram o consumidor endividado. A questão é porque o cheque especial obrigatoriamente é tão alto. Não existe nenhuma medida ou sanção, uma forma de regularização? Com uma concentração de bancos a possibilidade de não entrar em concorrência, e fixar os preços artificialmente em relação ao mercado, os bancos podem explorar este fato. Os bancos lucram com o crédito de fontes distintas, empréstimos pessoais pessoas Jurídicas, empréstimos aos estados, e da dívida pública. Bancos no Brasil dão mais crédito às pessoas físicas do que as pessoas jurídicas. Se lembrarmos a fórmula do Marx $d - d'$, o d' , ou seja, o dinheiro que volta para o produtor A mais juros, este dinheiro extra é tomado do trabalhador na forma de mais-valia. O dinheiro que o usuário do cheque especial, é retirado do salário do próprio trabalhador.

Este trabalho não tinha como objetivo mostrar o Brasil como o vilão da história, e a Inglaterra como exemplo a ser seguido. A verdade é que o sistema bancário inglês também explora seus clientes, mas não mesma maneira. O sistema inglês foi financiado historicamente pelo colonialismo, que vimos na parte 1 deste trabalho, não necessariamente colonialismo militar, mas sim colonialismo econômico. Como dito anteriormente, este trabalho nasceu do choque que levei ao ficar endividado e as realidades diferentes que existem nos dois países. Para um consumidor brasileiro, não há como saber facilmente que realidades diferentes existem e que a situação brasileira é um exemplo de exploração extremo. Espero que este trabalho possa mostrar uma realidade diferente, e aponta como era o cheque especial antes das intervenções nele e na taxa SELIC. Novas medidas estão sendo tomadas na primeira metade de 2012, e que têm como objetivo reduzir a taxa SELIC, também como o cheque especial. Isto não diminui a relevância deste trabalho, mas ele agora serve para mostrar a realidade antes dessas mudanças. Só sabemos se houve mudança no comportamento dos bancos e conseqüentemente os consumidores daqui alguns anos, mas este trabalho ajuda esclarecer a realidade que vivíamos até essas intervenções.

Bibliografia

ARRUDA, José Jobson de Andrade **O novo imperialismo britânico e o fenômeno Brasil, em REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 22-33, setembro/novembro 2008**

BLUM, Denis e NAKANE, Márcio I. **O Impacto dos Requerimentos de Capital na Oferta de Crédito Bancário no Brasil** Banco Central do Brasil, ou disponível no site (<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A085.pdf>)

FISHER, Irving **A teoria do juro** São Paulo (SP): Nova Cultural, 1986.

GRASEL, Dirceu e PEREIRA, Benedito Dias **Contextualização e fases do endividamento externo Brasileiro** em Revista de estudos Sociais 2003

GUIMARÃES, Alberto Passos **A Inflação (brasileira) segundo Marx**, Revista de Economia Política, Vol 4, N^o. 4, outubro-dezembro, 1984

HARVEY David **O novo imperialismo** tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves Edições Loyola 2003

HARVEY, David **A Condição Pós-moderna** tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves Edições Loyola

HILFERDING, Frederich **O Capital Financeiro** (Serie Os Economistas) tradução de Reinaldo Mestrinel

KHAIR, Amir **Caminhos para o desenvolvimento- uma visão estratégica** em Livro sociedade e economia estratégias de crescimento e desenvolvimento, 2009)

MARX, Karl **O Capital (Volume V Livro Terceiro)**
Tradução de Reginaldo Sant'anna 5ª Edição Editora
Bertrand 1991

VAN DER PUTTEN, Raymond **The Anglo-Saxon
model: a critical view** BNP Paribas Conjoncture
October 2005

20º COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA DO IPEA
Transformações na indústria bancária brasileira e o
cenário de crise 7 de abril de 2009

BIS PAPERS 52

<http://www.bis.org/publ/bppdf/bispap52c.pdf>

Revista Época, 13 de junho de 2011, No. 682,
“Estado Ltda.” Artigo “As bolsas no novo cenário da
economia” GUEDES, Paulo

Revista Carta Capital, 7 de Setembro de 2011, No.
662 “Ricos. E Ignorados” Artigo “Privilegiados. E
incógnitos” MARTINS, Rodrigo e VIERA, Willian
colaboração CARVALHO, Ricardo

Relatório Econômico Bancaria e de Crédito, 2005
www.bcb.gov.br/?RELECONCRED

Office of Fair Trading
http://www.oft.gov.uk/shared_oftr/reports/financial_products/OFT1005.pdf

PROCON

www.procon.sp.gov.br/pdf/RTTXJURAnual2010.pdf

Sites usados

www.bcb.gov.br

www.bankofengland.co.uk

data.worldbank.org

http://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id_texto=710&id_pagina=61&palavra=cheque%20especial

<http://www.x-rates.com/d/BRL/USD/hist2007.html>,

<http://www.x-rates.com/d/BRL/USD/hist2008.html>,

<http://www.x-rates.com/d/BRL/USD/hist2009.html>

e <http://www.x-rates.com/d/BRL/USD/hist2010.html>

Anexo

Período de vigência	SELIC % a,	Base Rate (Bank Of England)
21/10/2010 - 08/12/2010	10,66	0,5
02/09/2010 - 20/10/2010	10,66	0,5
22/07/2010 - 01/09/2010	10,66	0,5
10/06/2010 - 21/07/2010	10,16	0,5
29/04/2010 - 09/06/2010	9,4	0,5
18/03/2010 - 28/04/2010	8,65	0,5
28/01/2010 - 17/03/2010	8,65	0,5
10/12/2009 - 27/01/2010	8,65	0,5
22/10/2009 - 09/12/2009	8,65	0,5
03/09/2009 - 21/10/2009	8,65	0,5
23/07/2009 - 02/09/2009	8,65	0,5
11/06/2009 - 22/07/2009	9,16	0,5
30/04/2009 - 10/06/2009	10,16	0,5
12/03/2009 - 29/04/2009	11,16	0,5
22/01/2009 - 11/03/2009	12,66	1
11/12/2008 - 21/01/2009	13,66	1,5
01/12/2008 - 31/12/2008	13,65	2
30/10/2008 - 10/12/2008	13,65	3
11/09/2008 - 29/10/2008	13,66	4,5
24/07/2008 - 10/09/2008	12,92	5
05/06/2008 - 23/07/2008	12,17	5
17/04/2008 - 04/06/2008	11,63	5
06/03/2008 - 16/04/2008	11,18	5,25
24/01/2008 - 05/03/2008	11,18	5,25
06/12/2007 - 23/01/2008	11,18	5,5
18/10/2007 - 05/12/2007	11,18	5,75
06/09/2007 - 17/10/2007	11,18	5,75
19/07/2007 - 05/09/2007	11,43	5,75
07/06/2007 - 18/07/2007	11,93	5,75
19/04/2007 - 06/06/2007	12,43	5,5
08/03/2007 - 18/04/2007	12,68	5,25
25/01/2007 - 07/03/2007	12,93	5,25
30/11/2006 - 24/01/2007	13,19	4,75

Anexo 1.1 Tabela usada para construir os gráficos 3.31 e 3.32.
Informação adquirido no site www.bcb.gov.br

Ano	A Taxa SELIC Média	Base Rate
1975		11,46
1976		11,74
1977		8,42
1978		9,14
1979		13,75
1980		16,3
1981		13,18
1982		11,93
1983		9,86
1984		9,68
1985		12,08
1986		10,74
1987		9,6
1988		9,96
1989		13,67
1990		14,64
1991		11,56
1992		9,42
1993		5,88
1994		5,34
1995		6,57
1996	24,40	5,88
1997	25,09	6,55
1998	29,64	7,23
1999	28,07	5,34
2000	17,72	5,97
2001	17,38	5,12
2002	19,04	4
2003	23,61	3,69
2004	16,19	4,39
2005	19,12	4,65
2006	15,65	4,64
2007	12,12	5,51
2008	12,20	4,68
2009	10,34	0,64
2010	9,57	0,5

Anexo 1.2 A tabela de informações usado para os gráficos usado em parte 3.3 deste trabalho. Informação adquirido nos sites www.bcb.gov.br e www.bankofengland.co.uk